

UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE PSICOLOGIA



**MEDIAÇÃO FAMILIAR: FACTORES DE RISCO
E DE PROTECÇÃO ASSOCIADOS À TOMADA
DE DECISÃO**

Kristel Gomes Travessa

MESTRADO INTEGRADO EM PSICOLOGIA
**(Secção de Psicologia Clínica e da Saúde/Núcleo de Psicologia Clínica
Sistémica)**

2013

UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE PSICOLOGIA



**MEDIAÇÃO FAMILIAR: FACTORES DE RISCO
E DE PROTECÇÃO ASSOCIADOS À TOMADA
DE DECISÃO**

Kristel Gomes Travessa

Dissertação orientada pela Professora Doutora Maria Teresa Ribeiro

Co-orientada pela Doutora Lucinda Gomes

MESTRADO INTEGRADO EM PSICOLOGIA

**(Secção de Psicologia Clínica e da Saúde/Núcleo de Psicologia Clínica
Sistémica)**

2013

Agradecimentos

À minha Orientadora, Professora Doutora Maria Teresa Ribeiro, pela disponibilidade e atenção sempre demonstradas ao longo deste ano lectivo.

À Co-orientadora Lucinda Gomes, por me ter dado a oportunidade de conhecer um pouco mais acerca da Mediação Familiar.

À Professora Doutora Rita Francisco, pela ajuda nos pormenores informáticos.

À minha colega de tese, Camila Novais, pelo apoio nas horas mais difíceis.

À minha irmã e tia, que mesmo não estando presentes fisicamente, continuam presentes na minha vida, e é por elas que luto todos os dias.

Aos meus pais e à minha irmã, que me apoiam mesmo à distância.

Ao Luís, pelo apoio incondicional neste ano tão difícil.

Aos participantes, pela disponibilidade em realizar as entrevistas.

Resumo

A presente investigação tem como objectivo compreender que factores de risco e que factores de protecção estão associados à tomada de decisão num processo de mediação familiar.

Para o efeito, optou-se por uma metodologia qualitativa, tendo sido realizadas entrevistas semi-estruturadas e aplicados o questionário sócio-emográfico a uma amostra constituída por 18 indivíduos que recorreram aos serviços da mediação familiar e que tinham até à data, pelo menos um filho menor. Após a aplicação das entrevistas, utilizou-se o *software* Nvivo 10 para a análise dos dados.

Os resultados revelam que os factores de risco e os factores de protecção identificados pelos participantes não têm apenas impacto na tomada de decisão, mas também condicionam todo o desenrolar do processo da mediação familiar.

Palavras-chave: Mediação Familiar, Factores de Risco, Factores de Protecção, Decisão

Abstract

The goal of the present study is to comprehend which risk factors and protective factors are associated to decision making in a process of family mediation.

To do so, it was used a qualitative methodology, and it was applied the semi-structured interview and the socio-demographic questionnaire to a sample of 18 subjects who went to family mediation and had, until the moment, at least, one minor child. After the interviews, it was used the software Nvivo 10 for posterior analysis of the content.

The results show that risk factors and protective factors identified by the participants have an impact on the decision making and on the entire process of the family mediation.

Key words: Family mediation, Risk Factors, Protective Factors, Decision

Índice

Introdução.....	1
1.Fundamentação teórica.....	3
1.1.Definição de Mediação Familiar.....	3
1.2.Mediação Familiar em Portugal.....	4
1.3.Princípios da Mediação Familiar.....	5
1.4.Definição de Factores de Risco.....	7
1.5.Definição de Factores de Protecção.....	8
1.6.Factores de Risco na Mediação Familiar.....	8
1.7.Factores de Protecção na Mediação Familiar.....	11
2 Metodologia de Investigação.....	14
2.1.Enquadramento metodológico.....	14
2.2.Desenho da Investigação.....	15
2.3.Instrumentos de Recolha de Dados.....	18
2.4.Procedimento de Recolha de Dados.....	20
2.5.Processo de Análise de Dados.....	20
3.Análise e Discussão dos Resultados.....	21
Conclusão.....	39
Referências bibliográficas.....	40
Apêndices	
Anexos	

Índice de Figuras

Figura 1: Mapa Conceptual das Variáveis de Investigação

Figura 2: Árvore da Categoria Principal

Índice de Gráficos

Gráfico 1: Cruzamento das Características da Relação com os Factores de Protecção e Factores de Risco

Gráfico 2: Cruzamento das Características Pessoais com os Factores de Protecção e Factores de Risco

Introdução

A família é compreendida como um sistema, em que o todo é diferente da soma das partes, requerendo uma perspectiva holística para poder ser correctamente compreendida (Relvas, 2006). Cada família, vista como um todo, como emergência dos elementos que a compõem é, definitivamente, uma e única (Relvas, 2006).

A família, ao atravessar o divórcio, não deixa de ser uma família e, assim, continua a ser um espaço privilegiado de socialização o que, de certa forma, condiciona aquilo que o indivíduo vai ser e o que poderá vir a realizar, à medida que vai crescendo (Narciso & Ribeiro, 2009; Sbarra & Emery, 2008). Tanto os homens como as mulheres que passam por um divórcio experimentam sentimentos muito diversos, como a perda, a confusão, a culpa, a zanga, a ambivalência, ao mesmo tempo que podem sentir um alívio (Cohen & Dattner, 1995; Féres-Carneiro, 2003).

Desta forma, a mediação familiar, enquanto meio alternativo de resolução de litígios, assume um papel fundamental uma vez que pode ser preventiva a diversos níveis: nas relações entre o casal, entre pais e filhos em qualquer idade, entre irmãos, antes, durante e depois dos processos de separação e divórcio (Parkinson, 2005).

Segundo Vezzula (2001), a mediação tem como base o tratamento dos mediados como seres humanos e únicos, que devem esclarecer as suas dificuldades melhorando as inter-relações, o que lhes permite deter o controlo absoluto de todas as etapas do processo, através de um diálogo que permite a negociação.

Ainda de referir que, apesar do forte desenvolvimento teórico e prático a que se tem vindo a assistir sobre a mediação familiar, e da evidência dos seus benefícios para as famílias, esta ainda não se encontra suficientemente estruturada e validada (Beck & Sales, 2001, cit. por Gomes & Ribeiro, 2011).

Neste contexto, a presente investigação pretende contribuir para o conhecimento de quais os factores de protecção e de risco que estão associados à tomada de decisão no processo de mediação familiar. De acordo com a pesquisa efectuada, há uma lacuna nesta área, uma vez que os estudos publicados apontam apenas quais os factores de risco e de protecção para o sucesso da mediação familiar.

A presente dissertação está dividida em três capítulos: a fundamentação teórica, onde é apresentada a revisão de literatura sobre o tema em análise; a metodologia, em que é

descrito o processo metodológico do estudo exploratório elaborado e a análise e discussão dos resultados, através da utilização do *software* Nvivo 10.

Após estes capítulos, é possível encontrar as principais conclusões do estudo, as suas limitações, bem como sugestões a serem consideradas para posteriores investigações sobre a mediação familiar.

Capítulo 1 - Fundamentação teórica

1.1. Definição de Mediação Familiar

A mediação familiar é um processo que tem como objectivo procurar solução para os conflitos que derivam das situações de ruptura do casal (Haynes, 2006). É assim um método de resolução de conflitos, alternativo ou complementar ao sistema judicial, mediante o qual um terceiro imparcial, o mediador, atende às partes que consideram a sua proposta de separação ou divórcio, com o fim de alcançar acordos conjuntos, melhorar a comunicação entre as partes, reduzir a área de conflitos e tomar as suas próprias decisões (Gil, 2003; Herrero, 2007; Tomé, 2008). É um método rápido e económico, algo que é particularmente importante quando se pretende resolver um conflito (James, Haugen, Rantalaio & Marples, 2010; Koch & Lowery, 1984; Lopes, Cunha & Serrano, 2010). As partes envolvidas no conflito decidem desde o início se desejam ou não permanecer no processo, o que facilita assim a responsabilidade e o compromisso das partes nos acordos (Cunha, 2004; Cunha & Lopes, 2002; Quintero, 2007; Serrano, 2003; Weiss, 1979).

Na mediação familiar as partes são consideradas protagonistas para a resolução dos seus próprios conflitos, colaborando entre si (Bernal, 1998; García & Gómez, 2009; Hernández, 2003). Assim, o processo de mediação baseia-se na equidade, na privacidade, na autonomia, na liberdade e voluntariedade dos indivíduos para solucionar os seus próprios problemas (Tomé, 2010). A mediação familiar é um método que constrói pontes entre as partes em conflito, criando a capacidade de consenso (Navarro, 2002, cit. por Sánchez, 2012). Deste modo, a mediação proporciona à família um espaço em que podem ser debatidos todos os temas sobre os quais as partes devem tomar decisões (Ganancia, 2001; Sánchez, 2012). De realçar que a mediação familiar não está indicada nos casos em que os indivíduos manifestem sintomas de transtorno psiquiátrico ou psicológico (Mendizabal & Irizar, 1998).

Na mediação familiar o objectivo do mediador não é oferecer soluções às partes, mas sim pôr em evidência as necessidades de cada um, priorizar os interesses em jogo na negociação, e oferecer um meio mais propício para estabelecer, ou reestabelecer uma comunicação construtiva entre as partes, que facilite o diálogo e a compreensão (Bolanõs, 2008; Nazareth, 2005; Tomé, 2010; Vilela, 2007). O mediador é assim um facilitador da comunicação, e tem consciência de que a sua função é a de ajudar o casal

a evitar os obstáculos que o impede de comunicar, negociar e decidir os temas que fazem parte da sua vida familiar (Bolanõs, 2000, cit. por Bouché & Hidalgo, 2008; Koch & Lowery, 1984). Este promove ainda a empatia, não aceita definições unilaterais do problema e opera inteiramente sem quaisquer poderes coercivos (Cohen, Dattner & Luxenburg, 1999; Haynes, 2006; Phear, 1984; Saposneck, 1993).

1.2. Mediação Familiar em Portugal

A mediação familiar diz respeito, portanto, a um método alternativo de resolução de conflitos (Parkinson, 2005). Como modalidade de resolução extrajudicial de conflitos conjugais, a mediação surge inicialmente nos EUA, nos anos 70, através da intervenção do advogado e psicólogo O. J. Cooler que fundou, em Atlanta, o primeiro centro de mediação familiar, sendo posteriormente seguido por John Haynes (Navarro, 2002). Actualmente, a mediação familiar é considerada obrigatória na grande maioria dos estados norte-americanos (Campos & Marqués, 2008). Na década de 80 a mediação alargou-se ao Canadá e, progressivamente, a outros países (Araújo, Rodrigues, Fernandes & Ribeiro, 2011).

Na Europa, a mediação surgiu primeiramente no Reino Unido, e atribui-se a Lisa Parkinson e a Margarita Robinson a criação dos Serviços de Mediação (Campos & Marqués, 2008; González, 2005).

O curso pioneiro, em Portugal, de formação de mediadores familiares realizou-se em 1994, sendo lecionado pelo Instituto Português de Mediação Familiar com a participação do Centro de Estudos Judiciários. Pouco tempo depois, em, 1997, através de um grupo de mediadores formados no primeiro curso de mediação familiar, desenvolveu-se em Portugal, uma associação de mediadores familiares (Associação Nacional para a Mediação Familiar) que visava a formação de novos mediadores e a divulgação da mediação familiar (Cebola, 2001; Gomes & Ribeiro, 2011; Rios, 2005). Em 2001 foram criados os tribunais “Julgados da Paz”, vocacionados para privilegiar a resolução de litígios e matérias cíveis, através de mediação e de conciliação e, só como último recurso, por meio de julgamento (Gomes & Ribeiro, 2011). Hoje em dia, os tribunais dos Julgados da Paz localizam-se praticamente em todo o país e são alvo de muito interesse, tanto pelo poder central como municipal, assim como pelos próprios cidadãos (Gomes & Ribeiro, 2011).

Em 2006/2007 o governo criou os sistemas de mediação pública, laboral (SML), penal (SMP) e familiar (SMF). O SMF veio introduzir modificações, sendo que uma delas ocorreu no plano do alargamento da competência territorial a todo o país, e a outra ao alargamento da competência material, tendo, desde então, passado a ser possível abordar um conjunto de conflitos familiares, para além dos associados à separação/divórcio, por meio da mediação familiar (Gomes & Ribeiro, 2011).

Mesmo assim, actualmente, a mediação familiar dedica-se, especialmente, à relação do casal, ao nível da separação e/ou divórcio (Parkinson, 2005). De acordo com a lei, prevê-se a responsabilidade parental conjunta, ou seja, os pais têm os mesmos direitos, deveres e responsabilidades no que toca às decisões relativas à vida das crianças (Araújo et al., 2011). Neste sentido, a mediação familiar surge então como uma técnica de intervenção, que conceptualiza a família segundo uma teia relacional (Araújo et al., 2011).

1.3. Princípios da Mediação Familiar

De acordo com Parkinson (2005), há princípios que orientam a mediação familiar, que lhe conferem uma identidade própria. Os princípios são os seguintes:

Participação voluntária dos envolvidos, ou seja, a intervenção de ambas as partes no processo de mediação familiar deve ser livre, sem qualquer tipo de medo ou de pressão. Parte-se da ideia de que a intervenção será eficaz se ambos os membros desejarem começar, continuar e finalizar a mediação (Martín, 2001). As partes têm o direito de desistir a qualquer momento que entendam. É importante que haja voluntariedade dos envolvidos para desbloquear o conflito com a ajuda de um profissional (Bolaños, 2000).

Neutralidade e imparcialidade do mediador, na medida em que o mediador deve ser imparcial na relação que estabelece com os envolvidos, deve administrar e controlar o procedimento, dirigi-lo e facilitar as alternativas (Villarroel & Reichhardt, 2011). O mediador deve ainda respeitar ambas as partes – e os seus pontos de vista – tratando-os de uma forma equitativa (Bucio, 2010).

Revelação de conflito de interesses por parte do mediador, na medida em que o conhecimento anterior ou a proximidade do mediador com qualquer uma das partes que

esteja envolvida no processo de mediação familiar, constitui um impedimento para a intervenção.

Capacitação das partes de forma a tomarem as suas decisões, sendo que o mediador deve valorizar e fortalecer as partes de forma a que estas possam decidir e chegar a um acordo por elas próprias. Cabe ao mediador fornecer às partes a informação necessária.

Respeito pelos indivíduos, ou seja, os mediadores devem tratar todas as pessoas da mesma forma, devem assegurar-se que o processo é elaborado com respeito, independentemente da raça ou estatuto sócio-cultural.

Segurança pessoal e protecção relativamente ao risco, ou seja, é necessária uma avaliação antes do processo ser iniciado, para se entender se ambas as partes vêm de livre vontade, e se está salvaguardada a integridade física e mental das pessoas que participam na mediação.

Confidencialidade, que proíbe o mediador de revelar qualquer tipo de informação que obtenha no processo de mediação, a não ser que as partes o autorizem (Bucio, 2010). A mediação familiar deve assim respeitar a vida privada dos participantes, sendo que as discussões ocorridas durante as sessões são confidenciais, não podendo ser utilizadas em nenhum caso, salvo com a autorização das partes (Sellenet, David & Thomère, 2007).

Focalização no futuro, uma vez que a mediação ‘olha’ para o presente e para o futuro.

Ênfase nos interesses mútuos, pretendendo-se aqui que as partes consigam reconhecer e valorizar os interesses comuns e tomar decisões partilhadas.

Especial atenção às necessidades da família como um todo, sendo que cabe aos mediadores ajudar os pais a compreender as necessidades, sentimentos, emoções dos filhos, com vista a obter um acordo que possa satisfazer toda a família.

Competência do mediador, na medida em que os mediadores devem apenas mediar processos nos quais se sintam à vontade e para os quais estejam devidamente qualificados.

1.4. Definição de Factores de Risco

Os factores de risco e de protecção foram conceptualizados como sendo os lados opostos de um único *continuum* (Brook et. al, 1989, cit. por Zimmerman & Arunkumar, 1994). Contudo, Rutter (2003, cit. por Luthar & Latendresse, 2005) explicou as causas que vêm sustentar o facto deste efeito não acontecer necessariamente. Este autor mencionou alguns factores que têm efeitos apenas no extremo da vulnerabilidade, e outros que podem apenas apresentar efeitos salutares (e.g. talento musical excepcional), que podem levar a uma probabilidade de sucesso, enquanto um défice nessa área não implica um risco. De acrescentar que os factores de risco incluem os efeitos negativos da condição de risco (Luthar & Cicchetti, 2000).

Masten (2001) define factor de risco como sendo uma característica associada a uma elevada probabilidade de ocorrência de resultados indesejáveis. Masten (2001) afirma que é um conceito estatístico e que, caso seja adequadamente utilizado, não deve ser referido a um sujeito mas a um grupo de sujeitos. Pesce, Assis, Santos e Oliveira (2004) consideram risco todo o acontecimento que se apresenta como um obstáculo, individual ou ambiental, que potencia a vulnerabilidade do indivíduo a resultados desenvolvimentais negativos. Cowan e colaboradores, 1996 (cit. por Poletto & Koller, 2008) referem que os factores de risco estão relacionados com acontecimentos negativos de vida e, quando se encontram presentes, acrescem a possibilidade da pessoa apresentar problemas físicos, sociais ou emocionais.

Actualmente o risco é entendido como um processo, sendo necessária a identificação de variáveis de risco, dos processos que delas emergem e que as vinculam a desajustamentos (Agaibi, 2005). Por outro lado, deve ainda ter-se em atenção os resultados associados ao risco, no período de tempo e no momento e contexto da exposição (Agaibi, 2005; Aisenberg & Herrenkohl, 2008; Anthony, 1987).

1.5. Definição de Factores de Protecção

Segundo Rutter (1985, cit. por Poletto & Koller, 2008), “*factores de protecção referem-se a influências que modificam, melhoram ou alteram respostas pessoais a determinados riscos de desadaptação*” (p. 600). A característica principal dos factores de protecção diz respeito à modificação catalítica da resposta da pessoa à situação de risco. Estes factores podem não apresentar efeito na ausência de um stressor, pois o seu papel é o de modificar a resposta em situações adversas, mais do que favorecer directamente o desenvolvimento familiar (Rutter, cit. por Poletto & Koller, 2008). Protecção é o modo como o sujeito lida com as transições e mudanças da sua vida, o sentido que dá às suas experiências, o seu sentimento de bem-estar, a auto-eficácia e esperança, e a forma como actua perante circunstâncias adversas (Rutter, 1993, cit. por Poletto & Koller, 2008). Os factores de protecção também devem ser abordados como processos, nos quais diferentes factos interagem entre si e alteram a trajectória do indivíduo, produzindo uma experiência de cuidado e fortalecimento perante o risco (Hawley & DeHaan, 1996, cit. por Poletto & Koller, 2008). Definir precisamente o que é ou não o risco ou protecção parece complexo, pois as interações e combinações dos seus efeitos necessitam de uma cuidadosa análise contextualizada, isto é, uma análise ecológica do evento, dos processos, do momento histórico e da pessoa (Yunes, 2003). Protecção não é necessariamente um conceito estático, uma vez que pode ser elástico e mutável por natureza (Hawley & DeHaan, 1996, cit. por Poletto & Koller, 2008).

1.6. Factores de risco na Mediação Familiar

Na revisão de literatura não foram encontrados factores de risco e de protecção associados à tomada de decisão das partes envolvidas na mediação familiar. No entanto, a literatura destaca factores de risco e de protecção para o sucesso da mediação. Deste modo, é primordial explicar que a mediação bem-sucedida, ou o sucesso da mediação é atingido quando o resultado é essencialmente equitativo e está desenhado para responder às necessidades conjuntas das partes e às necessidades individuais de cada um envolvido; quando não há vítimas como resultado do acordo; quando os canais de comunicação entre as partes estão abertos e são directos; quando estas têm o poder de tomar decisões na mediação e quando conseguem chegar a um acordo (Bergareche,

2007; Haynes, 2006). O presente estudo tem em consideração o sucesso da mediação e os respectivos factores de risco e de protecção, uma vez que este conceito abrange a tomada de decisão dos indivíduos que participam na mediação familiar.

Assim, apresenta-se um modelo que considera, de acordo com determinadas variáveis, os factores que estão associados, directa ou indirectamente, a uma mediação bem-sucedida (Lopes et al, 2010; Serrano, Lopes, Rodríguez & Mirón, 2005; 2006; Serrano, 2008). A partir deste modelo foi elaborada a pesquisa acerca dos factores de risco e de protecção segundo cada uma das seguintes variáveis.

O modelo acima mencionado contempla cinco variáveis:

1.As *características pessoais* ou *demográficas dos litigantes*, acerca do indivíduo, dando ênfase à idade, sexo, habilitações escolares, nível económico-cultural e número de filhos.

2.As *características da relação*, incluindo o tempo de duração da relação e as causas da ruptura. Estes factores são muito importantes para determinar como sucedeu a separação, e para compreender o grau de conflitualidade presente na ruptura (Lopes et al., 2010).

3.As *características da mediação*, e aqui incluem-se diversos tópicos, mas interessa referir todo o aspecto motivacional dos litigantes, iniciativa de acudir aos serviços de mediação, vontade de chegar a um acordo, confiança na mediação e disposição para o processo que se encontra a vivenciar (Serrano, 2008).

4.As *características do mediador*, que incluem um conjunto de competências, características pessoais, fontes muito diversas, relevantes para o exercício do papel do mediador.

5.*Resultados da mediação* ou *sucesso da mesma*, o ponto sobre o qual se focalizam todas as variáveis consideradas. O sucesso da mediação inclui inúmeros aspectos e a percepção final do resultado está provavelmente relacionada não apenas com o grau de cumprimento do acordo, mas também com outros factores como a satisfação sentida e a eficácia percebida (Serrano, 2008).

Relativamente aos factores de risco, encontram-se na literatura factores associados às características pessoais e/ou demográficas dos litigantes, às características da relação, e às características do mediador.

1.6.1.Factores de Risco associados às Características Pessoais e/ou Demográficas

A presença de emoções negativas no ex-casal como o pesar, zanga e medo durante o processo de mediação pode ser considerado um factor de risco e pode dificultar este mesmo processo (Epstein & Epstein, 2010). É primordial que os mediadores consigam lidar com estas emoções, porque quando não se trabalham os assuntos emocionais, as partes poderão não “desatar o nó” que permanece como barreira à resolução das disputas legais (Epstein & Epstein, 2010).

Tijero (2001) analisou o perfil sócio-económico e a situação emocional do casal em ruptura e aponta alguns potenciais factores de risco para o sucesso da mediação familiar. Menciona, assim, que a presença de uma terceira pessoa na vida afectiva do cônjuge, adições alcoólicas e outras dependências, a existência de violência (verbal e/ou física), e a focalização excessiva nas questões financeiras são potenciais factores de risco para a chegada a um acordo na mediação familiar. A autora acrescenta, ainda, que casais com posturas muito individualistas, que pretendem que seja o outro a adequar-se às suas necessidades dificulta tanto a chegada a um acordo como o sucesso da mediação familiar (Tijero, 2001).

1.6.2.Factores de Risco associados às Características da Relação

Tendo em consideração as características da relação, a existência de elevado conflito no casal pode exercer um papel negativo no sucesso da mediação familiar (Serrano, 1996; Tijero, 2001). Segundo Serrano (2003), a incompatibilidade pessoal entre as partes (relativamente aos valores, crenças, ideais) pode também dificultar o processo de mediação. Ainda como factor de risco destaca-se o alto nível de hostilidade entre as partes durante a mediação, o que torna muito difícil a chegada a um acordo ao longo do processo (Pruitt & Carnevale, 1993; Bergareche, 2007).

1.6.3.Factores de Risco associados às Características dos Mediadores

Sobre as características dos mediadores, um factor de risco a apontar relaciona-se com o facto dos mediadores não conseguirem lidar com os aspectos emocionais do conflito – emoções negativas – (Epstein & Epstein, 2010). Além disso, se a alternativa oferecida aos mediados é contrária à situação de desvio, isto pode dificultar o processo de mediação (Bolaños, 2000). Se a teoria de mudança do mediador é “se têm um conflito, o que têm de fazer para resolvê-lo é chegar a um acordo”, e se as suas técnicas são dirigidas unicamente a fomentar esse acordo sem ter em conta que isso é precisamente o que não podem fazer e que a mudança deve ser um plano diferente, a sua intenção de solução está a converter-se em parte do problema (Bolaños, 2000). E se a solução oferecida pelo mediador se torna num problema, isto pode ser considerado como um factor de risco para o sucesso da mediação familiar.

1.7. Factores de protecção na Mediação Familiar

Na revisão de literatura foram encontrados factores de protecção associados às características pessoais e/ou demográficas dos participantes, às características da relação, características do mediador, características da mediação e resultados da mediação.

1.7.1.Factores de Protecção associados às Características Pessoais e/ou Demográficas

Tijero (2001) aponta diversos factores que podem desempenhar uma função protectora para a chegada a um acordo na mediação familiar. Reporta que casais com uma faixa etária mais avançada, que têm capacidade de expressar ideias, e que têm um nível sócio-económico mais elevado têm maior probabilidade de chegarem a um acordo. Considera-se ainda factor protector quando a decisão de separação foi vivida de forma partilhada por ambos (Tijero, 2001). A presente autora acrescenta inclusive que, quando os membros do ex-casal recorrem à mediação familiar sem antes terem consultado os serviços de um advogado, isto facilita a chegada a um acordo na mediação (Tijero, 2001). Se os envolvidos no processo de mediação conseguem ver o futuro com uma

certa tranquilidade, e conseguem colocar-se no lugar do outro, é muito mais provável que alcancem o acordo na mediação (Bernal, 1998; Tijero 2001)

Bernal (1998) menciona que a alta motivação por parte dos membros do casal em ruptura para chegar a um acordo funciona como um factor protector para o sucesso da mediação familiar.

1.7.2.Factores de Protecção associados às Características da Relação

Relativamente às características da relação, importa mencionar que um baixo nível de conflito, um bom relacionamento do casal com os filhos e a existência de uma relação de cooperação durante o processo de mediação são factores de protecção para o sucesso da mediação familiar (Hiltrop & Rubin, 1982; Serrano, 1996; Tijero, 2001).

Quando os motivos para a ruptura do casal estão relacionados com a falta de amor e a falta de afectividade parece haver uma maior probabilidade de sucesso na mediação (Bergareche, 2007; Hiltrop & Rubin, 1982; Tijero, 2001).

1.7.3.Factores de Protecção associados às Características do Mediador

Em relação às características do mediador, a literatura refere que um mediador eficaz pode funcionar como um factor protector para o sucesso do processo de mediação (Munduate, & Medina, 2005; Lopes et al., 2010). Deste modo, um mediador eficaz é aquele que pretende criar confiança, que sabe motivar durante o processo de mediação, que se mostra imparcial, que é empático, que é paciente e consciente que os avanços podem ser lentos ou pequenos, no entanto, muito importantes para a vida dos indivíduos implicados (Bergareche, 2007). Um mediador eficaz deve assumir que as partes têm forças e recursos para resolver os seus problemas (O'Hanlon & Weiner-Davis, 1989, cit. por Bolaños, 2000). A motivação por parte do mediador para atingir as metas desejadas, a existência de qualidades como a simpatia, atitude conciliadora, compreensão dos interesses de ambos são referidos como facilitadores do processo de mediação (Lopes et al., 2010; Martín, 2001; Serrano, 2003). Serrano e Méndez (1999) asseguram que um mediador eficaz deve possuir capacidades pessoais (poder, autoridade, domínio da comunicação verbal e não verbal, experiência, objectividade, capacidade de trabalho, sentido de humor) assim como capacidades intelectuais (inteligência, conhecimento

sobre a problemática a tratar, capacidade para criar novas ideias e propostas). Fernández-Rios e Rico (1996) alegam, inclusive, que a capacidade do mediador para integrar interesses, juntar vontades e conhecimentos técnicos facilita o processo de mediação.

1.7.4.Factores de Protecção associados às Características da Mediação

Bergareche (2007) refere, como factores determinantes para o sucesso da mediação, a iniciativa do casal em recorrer aos serviços de mediação familiar, ou seja, há uma maior probabilidade de sucesso no processo de mediação caso ambos os envolvidos tenham decidido procurar a mediação familiar, e não como pedido do tribunal. Relata, ainda, como fundamental, a cooperação dos envolvidos para chegar a um acordo, e a confiança prévia ao processo de mediação (Bergareche, 2007).

1.7.5.Factores de Protecção associados aos Resultados da Mediação

Serrano (2008) aponta alguns factores que podem estar relacionados de forma positiva com o sucesso da mediação familiar. Desta forma, se os envolvidos têm uma percepção de eficácia acerca da mediação para resolver o conflito, poderá ser mais fácil a chegada a um acordo. Caso haja um acordo alcançado, a satisfação sentida pelos envolvidos terá ainda um maior impacto positivo para o sucesso da mediação. Serrano (2008) acrescenta ainda que, caso os envolvidos demonstrem vontade em cumprir o acordo, isso terá um impacto positivo para o sucesso da mediação.

Capítulo 2 – Metodologia de Investigação

2.1. Enquadramento metodológico

Ponto de partida da Investigação

De acordo com Mertens (1998), a investigação é um processo de pesquisa sistemática planeado com a finalidade de recolher, analisar, interpretar e utilizar os dados para compreender, descrever, prever ou controlar um fenómeno que se pretende estudar.

A presente investigação pretende contribuir para o conhecimento do trabalho realizado em Portugal ao nível da mediação familiar, dado que, segundo é do nosso conhecimento, não existem muitos estudos neste âmbito. Além disso, a mediação familiar é uma área que se encontra em desenvolvimento no nosso país.

Na literatura encontram-se diversos artigos sobre factores de risco e factores de protecção que estão associados ao sucesso da mediação familiar, de um modo abrangente, sendo que este estudo pretende aprofundar um aspecto mais específico, ou seja, quais os factores de risco e de protecção que podem estar associados à *tomada de decisão* no processo de mediação familiar.

Paradigma da Investigação

O paradigma pode ser definido como um conjunto básico de crenças, valores e pressupostos que representam uma dada imagem do mundo, relevando desta forma, uma determinada natureza do mundo, a posição do indivíduo nele e a sua relação com ele (Denzin & Lincoln, 1994).

De acordo com Guba e Lincoln (1994) podem considerar-se quatro paradigmas científicos: o paradigma positivista, o paradigma pós-positivista, a teoria crítica e o paradigma construtivista. Este estudo insere-se no paradigma pós-positivista.

Segundo o pós-positivismo, o objectivo da investigação é a explicação, permitindo, em última instância, prever e controlar o fenómeno em estudo, sendo este físico ou humano, e o conhecimento consiste em hipóteses não falsificadas que podem ser vistas como prováveis factos ou leis (Von Wright, 1971, cit. por Denzin & Lincoln, 1994). De salientar que estes objectivos ganham probabilidade de concretização com recurso a métodos qualitativos.

Metodologia Qualitativa

A metodologia qualitativa foi adoptada neste estudo, uma vez que este tipo de metodologia tem “*um potencial para esclarecer significações pessoais, explicar a experiência humana, apresentar ‘histórias’ ricas em detalhes, compreender, criar teorias acerca de processos que vão mudando ao longo do tempo, explicar a diversidade assim como padrões e temas, e ainda preservar condições culturais, históricas e contextuais*” (Wilson & Hutchinson, 1996, p.64).

Segundo Merriam (1988), na metodologia qualitativa os intervenientes da investigação não são reduzidos a variáveis isoladas mas vistos como parte de um todo no seu contexto natural. Bogdan e Taylor (1986) referem que nos métodos qualitativos o investigador deve estar completamente envolvido no campo de acção dos investigados, uma vez que, na sua essência, este método de investigação baseia-se principalmente em conversar, ouvir e permitir a expressão livre dos participantes.

A investigação qualitativa tem, assim, como principais características: a correcta escolha de teorias e métodos apropriados; o reconhecimento e análise de diferentes perspectivas; a reflexão do investigador sobre a investigação, como parte do processo de produção de saber e a variedade de métodos e perspectivas (Flick, 2005).

2.2 Desenho da Investigação

Questão inicial

Quais os factores de risco e de protecção que estão associados à tomada de decisão no processo de mediação familiar?¹

Objectivos

O presente estudo tem como objectivos de investigação os seguintes:

¹ A presente tese enquadra-se na tese de Doutoramento da Dr.ª Lucinda Gomes, intitulada *Mediação Familiar e Conflito Parental: Concretização e Implicações das Decisões Parentais Responsáveis para a Concretização do Superior Interesse da Criança*. ”. Esta investigação decorre no Programa de Estudos de Doutoramento Inter-Universitário em Psicologia Clínica – Psicologia da Família e Intervenção Familiar – entre a Faculdade de Psicologia da Universidade de Lisboa e a Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra.

- a) Identificar quais os factores de risco e de protecção que podem estar associados à tomada de decisão no processo de mediação familiar;
- b) Analisar se há diferenças nos factores de risco e de protecção em função do sexo dos intervenientes.

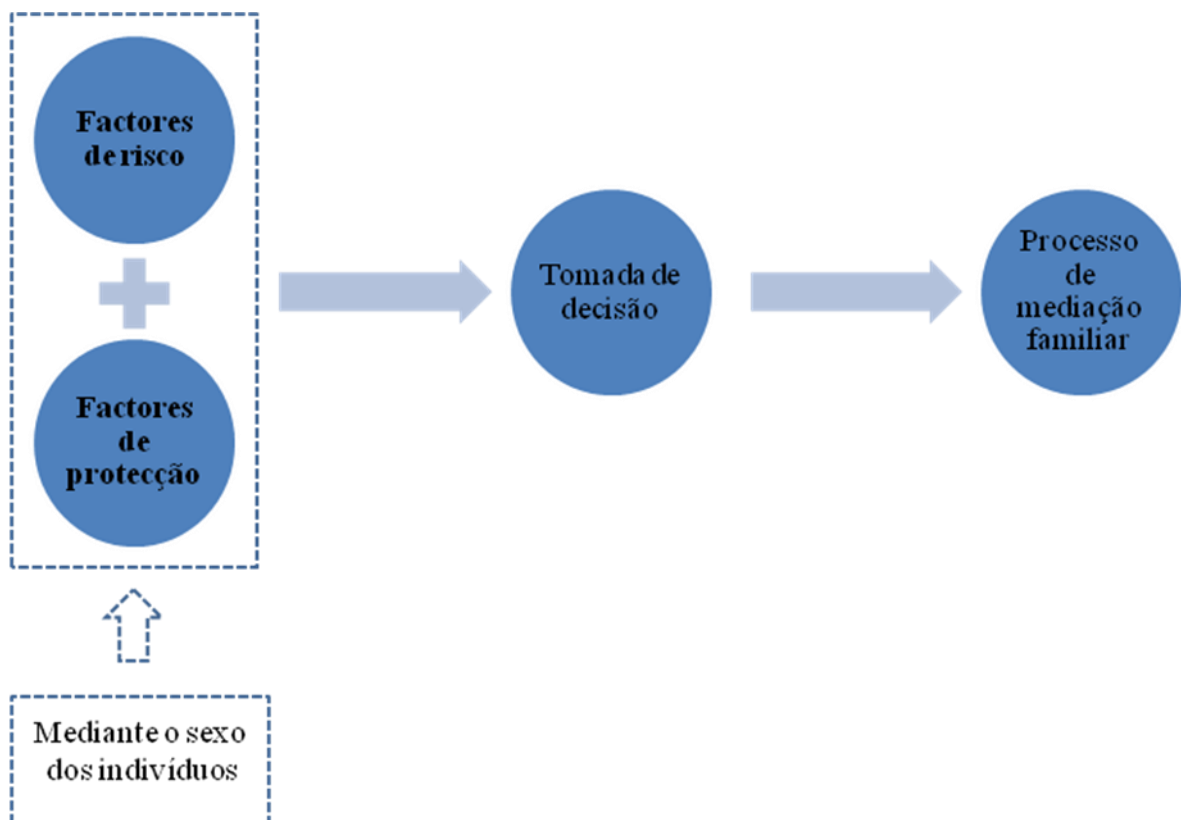
Mapa Conceptual

Após definidos os objectivos da investigação é fundamental a definição do mapa conceptual que vai orientar a investigação.

O mapa conceptual é um instrumento de representação do conhecimento e tem as suas origens na concepção de que os conhecimentos anteriores são primordiais na aprendizagem de novos conceitos (Ausubel, 1986).

“O mapa conceptual deve explicar, gráfica ou narrativamente, quais os construtos fundamentais ou variáveis a investigar e as relações entre eles, fornecendo a informação sobre como deve ser feita a recolha dos dados e que análises devem ser efectuadas.” (Narciso, 2001, p. 274).

Figura 1 – Mapa Conceptual das Variáveis de Investigação



De acordo com o mapa conceptual, os factores de risco e os factores de protecção exercem um impacto, positivo ou negativo, na tomada de decisão das pessoas envolvidas, o qual pode ser diferente consoante sejam do sexo masculino ou do sexo feminino, e esta tomada de decisão irá, por sua vez, influenciar o resultado do processo de mediação familiar.

Questões de Investigação

Tendo como referência os objectivos, este estudo pretende dar resposta às seguintes questões de investigação:

1. Quais os factores de risco e de protecção que estão associados à tomada de decisão, no processo de mediação familiar?
2. Estes factores de risco e de protecção diferem segundo o sexo dos participantes?

Seleção da Amostra

A amostra deste estudo diz respeito a um recorte da amostra do estudo do doutoramento mencionado, a qual é uma amostra de conveniência obtida através do contacto com o GRAL – Gabinete para a Resolução Alternativa de Litígios. Assim, foram seleccionados 18 indivíduos para a presente investigação com base no facto dos participantes terem passado por um processo de mediação familiar e de, à data do processo, terem, pelo menos, um filho menor.

Caracterização da Amostra

De acordo as variáveis sócio-demográficas levadas em conta neste estudo, verifica-se que 9 participantes são do sexo masculino e 9 participantes são do sexo feminino, de nacionalidade portuguesa, com idades entre os 33 e os 52 anos ($M=41,28$). No que diz respeito ao nível de escolaridade, 13 participantes frequentaram o Ensino Superior e 5 possuem o Ensino Secundário. Relativamente ao tempo em que os participantes permaneceram casados ou a viver em união de facto, a média rondou os 12 anos ($M=11,56$). No que concerne à filiação, pode afirmar-se que 8 participantes têm um filho, 10 participantes têm dois filhos, e as idades destes estão compreendidas entre os 1 e os 24 anos de idade. A média da finalização do processo de mediação foi de,

sensivelmente, 14 meses ($M=14,33$). De salientar, ainda, que em 14 casos o processo de mediação familiar cessou com acordo, e em apenas 4 casos o processo de mediação familiar terminou sem a chegada a um acordo entre os envolvidos. É necessário realçar que, dos 18 participantes, 12 recorreram aos serviços da mediação familiar como primeira opção e 6 recorreram à mediação familiar por encaminhamento do tribunal, na sequência de um processo judicial. Relativamente à situação amorosa actual dos participantes, constatou-se que 12 deles vivem sozinhos, 5 vivem em união de facto e um encontra-se numa relação não especificada pelo próprio. Para concluir, do total dos participantes, 8 afirmaram ser religiosos.

2.3. Instrumentos de Recolha de Dados

Questionário sócio-demográfico

O Questionário sócio-demográfico (vide Anexo I) é composto por questões de resposta rápida e foi desenvolvido com o objectivo de reunir informação sobre os aspectos sócio-demográficos dos participantes, designadamente a idade, a nacionalidade, o sexo, o nível de escolaridade, o estado civil e religiosidade (Mertens, 1998). Este questionário ambiciona ainda recolher informação acerca da filiação dos participantes aquando da Regulação do Exercício das Responsabilidades Parentais, relativamente ao número de filhos, respectiva idade e sexo. No que diz respeito ao processo de mediação familiar, o questionário sócio-demográfico dá-nos a possibilidade de inferir a duração do processo, e se este terminou com ou sem acordo.

Entrevista semi-estruturada

Segundo Bogdan e Biklen (1994) a entrevista possibilita *“uma amplitude de temas considerável, que permite, ao investigador, levantar uma série de tópicos e oferece ao sujeito a oportunidade de moldar o seu conteúdo”* (p.135).

Neste estudo, o método de recolha de dados qualitativo utilizado foi a entrevista semi-estruturada, que permitiu observar o sujeito e a sociedade em interacção, mas também, e simultaneamente, os factos e as emoções que os acompanham (Guerra, 2006). Numa análise de dados qualitativos, o investigador quer apreender algo a partir do que os sujeitos da investigação lhes confiam (Amado, 2000).

A entrevista semi-estruturada possui um guião que é adaptável e não segue uma estrutura rígida, permite o aprofundamento de questões, e permite ainda uma recolha mais alargada de dados. As questões não precisam de seguir a ordem prevista no guião e podem ser formuladas novas questões no decorrer da entrevista (Mattos & Lincoln, 2005). Apesar do guião ser elaborado pelo entrevistador, este tipo de entrevista permite que o entrevistado tenha alguma liberdade para desenvolver as respostas segundo a direcção que considere adequada, explorando, de forma flexível, os aspectos que considere mais relevantes (Quivy & Campenhoudt, 1992). Possibilita, também, a posterior análise e a comparação entre as respostas dos entrevistados, assim como a possibilidade de adicionar determinados pontos relevantes ao longo da investigação (Daly, 2007).

O guião da entrevista semi-estruturada (vide Anexo II) utilizado na investigação de doutoramento anteriormente mencionada é composto por trinta e quatro questões, sendo que neste capítulo apresentam-se apenas as que são utilizadas no presente estudo (5):

1. *Que aspecto (s) considera que têm um impacto mais forte – positivo e/ou negativo – na forma como ambos os pais vivenciaram a fase do divórcio/separação? Vê alguma relação entre esses aspectos e o bem-estar dos vossos filhos?*
2. *Como é que a (eventual) tensão resultante da ruptura conjugal evoluiu ao longo das sessões de mediação familiar?*
3. *Que sentimentos e preocupações considera que eram comuns aos dois pais, durante o processo de mediação familiar?*
4. *De que forma é que os vossos filhos se ajustaram à reorganização de vida acordada no âmbito da mediação familiar?*
5. *Que percepção tem sobre os sentimentos dos seus filhos no decurso da fase de decisão parental sobre a nova organização de vida? Considera que as opiniões dos vossos filhos foram respeitadas?*

2.4 Procedimento de Recolha de Dados

Para a realização deste estudo foram entrevistados 18 indivíduos que recorreram à mediação familiar. A recolha da informação dividiu-se em duas fases. Na primeira fase procedeu-se à marcação das entrevistas, e a segunda fase coincidiu com a sua realização. Cada entrevista foi iniciada com a apresentação das entrevistadoras, demonstrando o agradecimento pela disponibilidade manifestada. As entrevistadoras informaram aos participantes da não existência de respostas certas ou erradas, de modo a que estes se sentissem livres e confortáveis para responder ao guião. Foi ainda pedido o consentimento (vide Anexo III) para a gravação áudio da entrevista, explicando que esta se destinava a posterior análise. Foi garantida total confidencialidade das respostas, sendo que a identidade nunca foi mencionada em qualquer das transcrições. O guião da entrevista para a investigação de doutoramento já referida encontrava-se dividido em onze blocos, sendo que cada bloco continha um conjunto de questões. A presente investigação prendeu-se com o oitavo bloco, que tinha como objectivo identificar factores de risco e factores de protecção.

2.5. Processo de Análise de Dados

Após a realização da transcrição das entrevistas, iniciou-se o processo de codificação através do Nvivo 10, um *software* de análise qualitativa de dados. Criaram-se então categorias baseadas no guião das entrevistas. Uma vez que o guião já possuía as temáticas a serem exploradas, estas foram consideradas sob a forma de categorias, realizando-se, numa fase posterior, o processo de codificação.

Procedeu-se, desta forma, à codificação dos excertos relevantes de cada entrevista, de forma a encontrar as subcategorias ocorrentes inseridas nas categorias principais, sendo que estas foram, numa fase seguinte, analisadas e relacionadas entre si.

No capítulo seguinte, será realizada uma descrição mais detalhada das categorias que foram abordadas.

Capítulo 3 – Análise e Discussão dos Resultados

3.1. Análise dos Resultados

Este capítulo tem como intuito a apresentação dos resultados e a análise da investigação científica realizada através das entrevistas, seguindo-se a respectiva discussão.

A realização da entrevista foi o ponto de partida para a obtenção dos resultados. Posteriormente, recorreu-se ao programa qualitativo Nvivo 10, que deu a possibilidade de codificação dos dados num sistema de categorias. Esta categorização teve como base a análise de conteúdo, que permitiu a elaboração da árvore de categorias do estudo².

Foi identificada uma categoria principal, as *Características*, na qual surgem, por sua vez, como subcategorias *Características da Mediação* (que engloba a forma como os envolvidos cooperaram, o tipo de acordo, características do mediador, a confiança no mediador, entre outros); as *Características da Relação* (relação do casal antes, durante e após o divórcio, causas da ruptura, etc), as *Características Pessoais* (que dizem respeito a características individuais, como vontades, desejos, medos, dificuldades ou preocupações), a *Reorganização Familiar* (ou seja, como é que a família de dois núcleos diferentes se reorganiza, ajustamento dos filhos face à reorganização de vida, alterações a nível financeiro e a nível das responsabilidades parentais, alterações nas relações entre pais e pais) e os *Resultados da Mediação* (incluem a percepção de eficácia dos envolvidos, a satisfação sentida, alterações na relação entre o ex-casal e na relação entre pais e filhos durante e/ou após o processo de mediação).

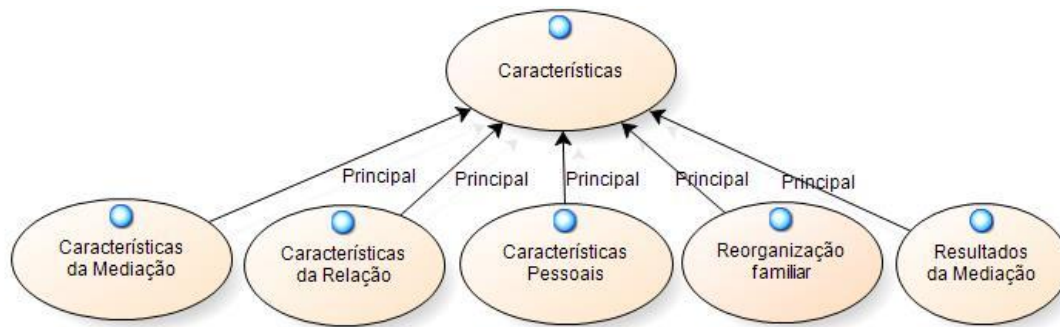
Outra categoria principal a considerar são os *Factores de Influência*, que se dividem em duas subcategorias, os *Factores de Risco* e os *Factores de Protecção*³.

De seguida apresenta-se o esquema que sintetiza as categorias anteriormente abordadas.

² Para visualizar o quadro relativo às categorias principais, subcategorias, fontes e referências codificadas, vide Apêndice I.

³ Esta categoria principal não emergiu das respostas dos entrevistados, uma vez que era objectivo inicial estudar os factores de risco e de protecção.

FIGURA 2 – Árvore da Categoria Principal⁴



Pretende-se agora analisar as subcategorias relativas à categoria principal, *Características*. Enfatizando que o estudo pretende averiguar quais os possíveis factores de risco e protecção associados à tomada de decisão na mediação familiar, a análise será realizada segundo as questões de investigação. Numa primeira fase interessa a análise e discussão dos factores de influência⁵ e das subcategorias emergentes. Na segunda parte, a análise prende-se com as diferenças, a nível do sexo dos participantes, no que diz respeito aos factores de protecção e de risco para cada uma das subcategorias.

3.1.1. Análise da Categoria Principal – *Características* - e dos Factores de Influência

Inicia-se a análise no Nvivo através do cruzamento da categoria principal, *Características*, e dos *Factores de Influência*. Procura-se, assim, se ter uma visão geral das referências codificadas para os factores de risco e protecção em cada uma das subcategorias. Em três das cinco subcategorias, *Características da Mediação*, *Características Pessoais* e *Resultados da Mediação* há uma maior referência a factores de protecção. No que diz respeito à subcategoria *Características da Mediação*, foram apenas codificadas referências a factores de protecção, o que comprova que os entrevistados atribuem à mediação uma conotação positiva.

Na subcategoria *Reorganização Familiar*, foram codificadas mais referências associadas a factores de risco. A reorganização da vida familiar após uma separação conjugal pode

⁴ O esquema da árvore de cada subcategoria segue em apêndice (vide Apêndice II).

⁵ Factores de influência, não no sentido de qual a influência que exercem na tomada de decisão, mas sim factores cuja influência pode ter um carácter de protecção – factores de protecção – ou um carácter de risco – factores de risco.

ser encarada como um risco para o sucesso da mediação, até porque, em inúmeras situações, os conflitos entre os pais continuam, e o ajustamento dos filhos pode não ocorrer da melhor forma. A ruptura conjugal é um dos acontecimentos de vida mais penosos para os seres humanos e é uma das causas frequentes de *stress* emocional e provoca, em inúmeras ocasiões, sofrimento psicológico e sintomas físicos associados a este mal-estar (Koch & Lowery, 1984; Martín, 2001). De acordo com Bohannon (1970), na fase após a separação conjugal estão presentes dois acontecimentos muito importantes, por um lado, a separação psicológica, por outro, a reorganização da vida própria e a dos filhos. E nesta fase estão presentes sentimentos como a raiva, o ódio, a ansiedade, a impotência, a desilusão, a aceitação, o alívio e o crescimento.

3.1.2. Análise das Subcategorias da Categoria Principal com os Factores de Influência

3.1.2.1. Subcategoria “Características da Mediação”

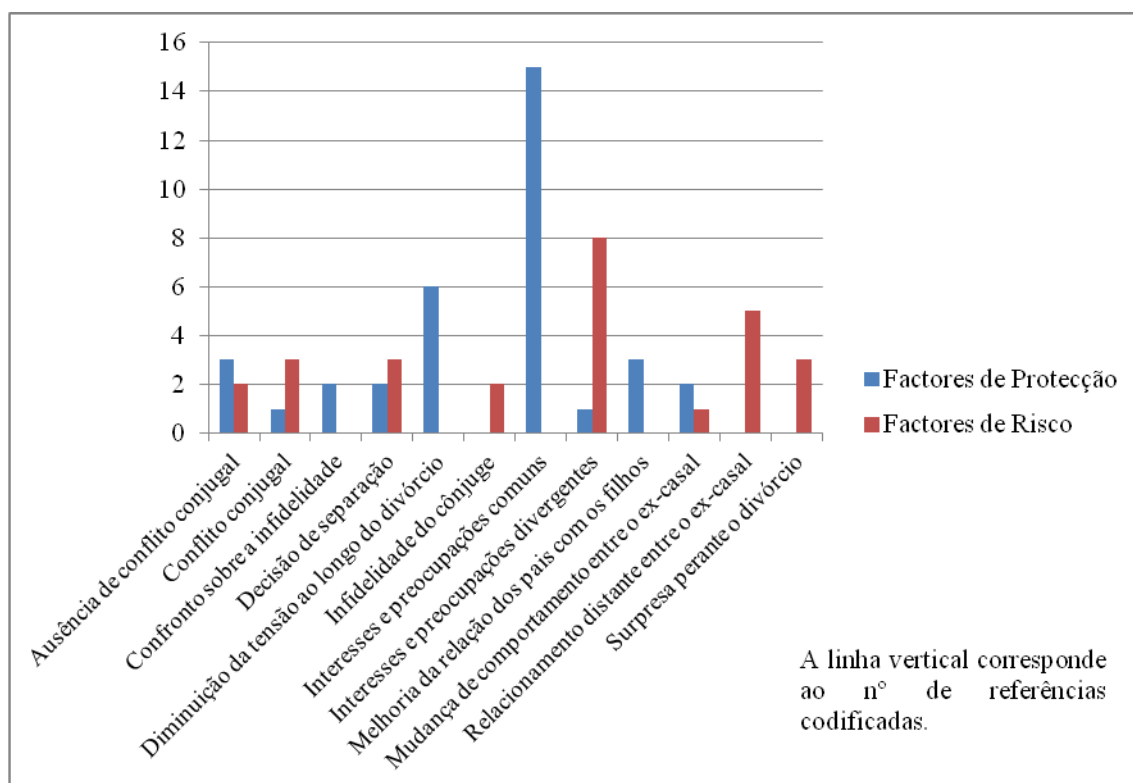
Dentro da subcategoria “Características da Mediação” não foram codificadas nenhuma referências relativas a factores de risco, o que vai de encontro com a pesquisa bibliográfica, pois não foi possível encontrar factores de risco associados às características da mediação familiar. O aspecto desta subcategoria mais referido pelos entrevistados foi o ‘*acordo elaborado pelos envolvidos*’ (4 participantes).

“O acordo é totalmente feito por nós. Tive essa percepção, a mediadora foi dando dicas e luzes mas fomos nós é que chegámos lá.” (E1-M).

A mediação familiar pretende que sejam estabelecidos acordos aceitáveis para ambos os pais, sendo que os envolvidos são os principais responsáveis pela tomada de decisões, bem como pelo planeamento das relações familiares após a separação conjugal (Afonso, 1997).

3.1.2.2. Subcategoria “Características da Relação”

Gráfico 1 – Cruzamento das Características da Relação com os Factores de Protecção e Factores de Risco



Relativamente às categorias desta subcategoria, aquela que teve um maior número de referências nos factores de protecção foi ‘*Interesses e preocupações comuns*’ (12 participantes referiram a categoria, sendo 15 o total de referências).

“Todos, era tudo comum... porque o meu ex-marido também era muito pai-galinha... somos muito parecidos na forma como queremos educá-lo, como queremos tratar dele, como vivemos o nosso filho, é uma forma muito semelhante...” (E5-F)

“Acho que a preocupação com o bem-estar e com as questões relativas aos nossos filhos... acho que, quer dizer, foram comuns sempre.” (E15-M)

Este é considerado um factor protector para a tomada de decisão, uma vez que, se os envolvidos têm preocupações semelhantes, provavelmente têm menos pontos de discórdia, o que irá facilitar as decisões que tomem ao longo do processo de mediação.

Ainda dentro dos factores de protecção, a categoria a seguir que teve um maior número de referências foi *‘Diminuição da tensão ao longo do processo do divórcio’* (5 participantes, total de 6 referências codificadas).

“Portanto, eu diria... ao invés de dizer ao longo das sessões de mediação, diria ao longo de todo o processo de divórcio... acho que foi diminuindo um bocadinho... acho que foi diminuindo... a tensão.” (E16-M)

Aqui também é compreensível que, se a tensão resultante da ruptura conjugal diminui ao longo do processo de divórcio, poderá existir uma maior abertura e disponibilidade para comunicar e cooperar no processo de mediação. E, desta forma, há uma maior probabilidade que o ex-casal, na mediação, consiga falar sobre os seus interesses e chegar a um acordo (Tijero, 2001).

Nos factores de risco, a categoria mais codificada foi *‘Interesses e preocupações divergentes’* (5 participantes, total de referências 8).

“Eu acho que eu tinha algumas preocupações que têm a ver com a responsabilidade de ter dois filhos às costas, de os assumir, e não sentia que ele tivesse essa preocupação, portanto não havia... eu penso que não havia nada em comum...” (E17-F)

“Ele estava sempre na defensiva e eu estava ... tenho que defender os meus direitos e eu não posso ficar prejudicada, eu tenho que ganhar”. (E3-F)

De acordo com Tijero (2001), se os ex-cônjuges pensam apenas nos seus interesses, sem atender às necessidades do outro, e sem vontade de adequar as suas necessidades face às do ex-cônjuge e às dos filhos, acaba por dificultar a chegada a um acordo. Isto vai de encontro com aquilo que foi verificado nos resultados, uma vez que, se o ex-casal tem interesses divergentes, é provável que seja mais difícil tomar decisões. A escassa ou total ausência de sensibilidade dos envolvidos para o compromisso funciona como um factor de risco para o sucesso da mediação (Féres-Carneiro, 1998; Tijero, 2001).

Ainda nos factores de risco, a categoria mais codificada logo a seguir foi *‘Relacionamento distante entre o ex-casal’* (4 entrevistados, 5 referências codificadas).

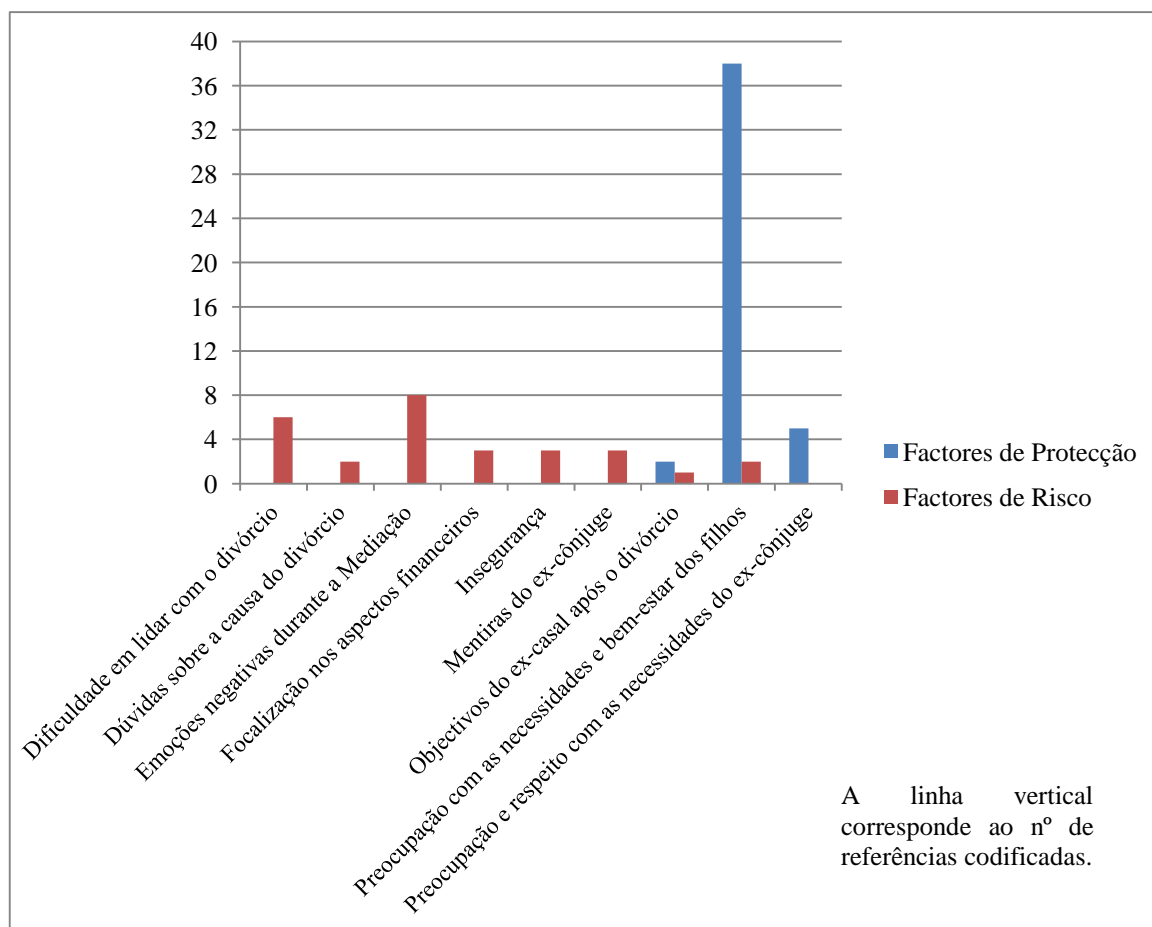
“Cordial. Não vai ser mais do que isso... (...) A relação que vai existir vai ser de dois núcleos familiares distintos, não vejo outra evolução para isso.” (E1-M)

“Se nós nos dêssemos bem, esse bem-estar com as filhas era natural, vinha natural, não é... uma vez que não há uma relação boa entre mim e o pai, fazemos de facto um esforço para, em relação a elas, estarmos bem, mas é difícil...” (E13-F)

Se o ex-casal não consegue manter um bom relacionamento, e este for caracterizado por um alto nível de hostilidade, a chegada a um acordo fica prejudicada (Pruitt & Carnevale, 1993; Serrano, 2006; Tijero, 2001).

3.1.2.3. Subcategoria “Características Pessoais”

Gráfico 2 – Cruzamento das Características Pessoais com os Factores de Protecção e Factores de Risco



Nesta subcategoria, relativamente aos factores de protecção, o aspecto mais referido foi a *‘Preocupação com as necessidades e bem-estar dos filhos’* (mencionado por 15 entrevistados, 38 referências no total).

“Eu acho que... tudo depende... no meu caso, o bem-estar delas tem-se conseguido preservar por uma consciencialização grande minha e do pai. (...) Quando elas estão com o pai eu telefono-lhes, porque já dá para falar ao telefone, só para mandar um beijinho, para dizer como é que foi o dia, como é que...pronto...” (E13-F)

“No início preocupava-me muito como ia ser a reacção da minha filha... não sei se é pelo facto de ela ser pequena...” (E8-M)

Este aspecto relatado pelos participantes vai de encontro com a perspectiva defendida por Barreto (2004) que afirma que a família não se deve esgotar no casamento, devendo pois continuar entre pais divorciados e filhos.

A preocupação com o bem-estar e necessidades dos filhos traduz a ideia dos pais colocarem, de forma constante, os filhos em primeiro lugar (Strecht, 2009). É, assim, importante a existência de uma postura parental positiva, altruísta, e responsável de forma a evitar que os problemas dos pais, enquanto casal, coloquem em risco as necessidades dos filhos. Esta preocupação com o bem-estar enfatiza ainda a importância de não colocar os filhos em situações que os leve a participar nos conflitos entre os progenitores (Gamache, 2005; Kelly, 1991; Strecht, 2009).

Em seguida, surge *‘Preocupação e respeito para com as necessidades do ex-cônjuge’* (4 participantes abordaram este aspecto, com um total de 5 referências).

“E sempre procurando por um lado que houvesse respeito e compreensão dos projectos de cada um...” (E6-M)

“Mas eu também tinha o meu timing. Senti que essa parte também foi respeitada e que para mim era muito importante. Essa era a parte mais importante para mim.” (E10-F)

Ainda na subcategoria Características Pessoais, mas respeitante aos factores de risco, a categoria mais relatada pelos participantes foi *‘Emoções negativas durante a*

Mediação’, apontada por 5 entrevistados (8 referências no total).

“Pois é assim... eu acho que ao longo das sessões de mediação eu estive sempre muito triste, muito angustiada... sentia que aquela situação nem deveria existir às vezes... eu sentia-me super triste, super angustiada...” (E5-F)

“Como lhe disse, no início não ia de boa vontade. Fui mas não fui muito convencida, porque pensei ‘agora vou estar a falar da minha vida com uma pessoa que eu não conheço’...” (E10-F)

A presença de emoções negativas durante a mediação pode ter um impacto negativo para o sucesso da mediação familiar (Epstein & Epstein, 2010). Se uma das partes ainda não conseguiu lidar com o luto associado à perda de alguém que ama, pode ser muito difícil lidar com essas emoções durante a mediação (Epstein & Epstein, 2010). A negação, o desespero, a tristeza, a zanga, a angústia sentidas ao longo da mediação pode fazer com que o indivíduo paralise ou reaja de forma irracional (Somary & Emery, 1991). Desta forma, tendo em conta os resultados, estas emoções que são vivenciadas ao longo das sessões, se não forem tomadas em conta e trabalhadas com o mediador, poderão dificultar o processo de tomada de decisão.

Em seguida surge a categoria *‘Dificuldade em lidar com o divórcio’*, abordada por 5 participantes, com um total de 6 referências.

“O pai dos meus filhos ficou muito ressentido com a separação e tomou atitudes um pouco impensáveis para não dizer mais... tomou atitudes assim um bocadinho para lá dos limites... como ir buscá-los à força e no meio da rua levá-los...” (E18-F)

“A minha auto-estima foi muito abaixo, em todos os aspectos. Sentia-me má mãe, má mulher, não tinha emprego... portanto estava mesmo de rastos, o que não veio ajudar nada. Eu acho que magoa sempre porque, para já, e depois, além disso, também é uma desilusão, porque acho que quando a pessoa se casa é para o resto da nossa vida, e aquele sonho do casamento... torna-se uma grande desilusão.” (E12-F)

A ruptura conjugal é um dos acontecimentos de vida mais dolorosos para os seres humanos e é uma das causas frequentes de *stress* emocional. Este tipo de ruptura

provoca, em inúmeras ocasiões, sofrimento psicológico e sintomas físicos associados a esse mal-estar (Martín, 2001; Sbarra & Emery, 2005). Grebe (1986) postula que, durante a fase inicial do divórcio um ou ambos os cônjuges podem estar a negar os problemas ou ainda podem visualizar o casamento como o grande foco emocional. E, deste modo, o casal apresenta dificuldades em lidar com a situação de forma racional. Nas fases seguintes, o ex-casal consegue lidar melhor com a sua situação, existindo ainda zanga e rancor.

3.1.2.4. Subcategoria “Reorganização Familiar”

Nos factores de protecção, a categoria mais enumerada foi *‘Ajustamento dos filhos face à nova organização de vida’* (apontada por 9 participantes, com um total de 21 referências).

“Eu acho que ele ajustou-se muito bem, apesar de ter saudades... ainda hoje tem não é... (...) E nunca teve problemas em dormir... aliás foi nessa altura, quando ele estava a tirar a chucha que nós nos separámos, mas não, até nisso tirou-se a chucha tal e qual, não teve problemas nenhuns de fazer chichi, de regredir, continuou a ir bem para a escola e tem um comportamento igual ao que tinha anteriormente...” (E5-F)

“Eu acho que se ajustaram bem... (...) acho que se ajustaram bem depois, quer dizer, acho que a rotina que elas têm hoje em dia me parece, dentro do que é ter pais divorciados, não me parece que seja má, quer dizer, conseguem estar um bocadinho comigo, com os avós do meu lado, conseguem estar também com a mãe, obviamente, e com a família dela... parece-me que está mais ou menos razoável.” (E16-M)

A literatura refere determinados aspectos que exercem uma função protectora para o ajustamento dos filhos após o divórcio. Kelly e Emery (2003) descrevem alguns desses factores, e enfatizam que estes reduzem o risco de *stress* para as crianças que estão a vivenciar o divórcio dos pais. Assim, relativamente aos pais, os autores apontam como factores protectores uma parentalidade competente, na medida em que os pais devem conseguir continuar a dar apoio emocional aos filhos, assim como uma monitorização adequada, disciplina, atenção e preocupação para com as necessidades dos filhos. Acrescentam ainda que a diminuição do conflito entre os pais após o divórcio e a

própria resiliência das crianças são bons preditores do ajustamento dos filhos face à nova vida familiar. Féres-Carneiro (1998) afirma que a capacidade dos filhos em lidar com a separação dos pais depende, sobretudo, da relação estabelecida entre os progenitores e da capacidade destes em distinguir a função conjugal da função parental.

Logo a seguir, ainda nos factores de protecção, a categoria abordada com maior frequência foi a *'Readaptação dos progenitores face às necessidades dos filhos'* (8 participantes, com 18 referências no total).

“Portanto aí foi sempre o que a C quer, às vezes eu digo: - olha, deixa ver ... ela dorme esta noite comigo, de sexta para sábado. (...) Deixávamos sempre ver o que a menina queria. Às vezes, também, consoante o tempo porque a criança é asmática e então, pronto...” (E3-F)

“E nós fomos obrigados a modificar-nos noutro sentido para que eles tivessem alguma estabilidade. Houve aqui acho eu, parte a parte, houve aqui coisas que conseguimos perceber que tínhamos que ceder e de mudar as situações em prol deles...” (E18-F)

Os entrevistados reportaram que a grande alteração da rotina diária dos filhos se deve à separação dos pais, como efeito directo da ruptura familiar. Esta adaptação dos filhos a novos contextos familiares pode emergir nos casos onde surjam novas famílias, ou por ocasião da visita dos filhos a casa do progenitor que não ficou com a guarda (Belo, 2009).

Nos factores de risco, a categoria mais referida foi *'Dificuldade de ajustamento dos filhos à nova organização de vida'* (14 participantes, 41 referências na totalidade).

“Para a minha filha foi complicado ... ela não percebeu porque é que o pai teve de sair de casa... foi complicado para ela, ela não percebia porque é que o pai não dormia lá, por exemplo...” (E4-M)

“E foi por exemplo, o primeiro Natal que ela passou sem o pai, foi muito difícil para ela e para mim... a minha filha não conseguia estar na mesa para jantar... faltava o pai...”

e chorava muito, e foi o primeiro aniversário dela, que ela sentiu que o pai nem sequer a veio ver.” (E14-F)

Strecht (2009, p. 39) considera que *“a forma como uma separação de pais pode ou não deixar marcas duradouras nos filhos depende sempre da forma como os adultos envolvidos souberam precocemente preservar os mais novos do impacto negativo da situação”*. Casais que estão a atravessar um divórcio encontram-se sob elevado *stress* devido a esta mudança dramática nos seus estilos de vida (Emery & Wyer, 1987). Como resultado, as suas capacidades para fornecer cuidados adequados aos filhos estão muitas vezes comprometidas (Samis & Saposnek, 1986). Pode haver uma diminuição da disponibilidade do progenitor para o filho, um declínio acentuado na sensibilidade e apoio emocional e uma diminuição da atenção às necessidades e desejos das crianças (Wallerstein, 1985, cit. por Samis & Saposnek, 1986). Tais comportamentos criam *stress* nas crianças, uma vez que estas experienciam rejeição das suas necessidades (Samis & Saposnek, 1986). Para complicar ainda mais as tentativas das crianças em lidar com as mudanças iniciadas devido à separação, muitas delas são informadas de forma inadequada acerca do divórcio dos seus pais (Hack & Ramires, 2010; Shaw & Emery, 1987).

3.1.2.5. Subcategoria “Resultados da Mediação”

Nos Resultados da Mediação, a categoria abordada em maior número dentro dos factores de protecção foi a *‘Diminuição da tensão ao longo da Mediação’* (8 participantes, 9 referências no total).

“Pensando em tensão eu acho que ela diminuiu um pouco... ao longo das sessões... tendo em conta, lá está, voltarmos a conversar um pouco, houve mais diálogo... portanto a tensão diminuiu...” (E9-M)

“Eu acho que ao princípio era mais... estávamos muito mais acesos... e depois a pouco e pouco nós não vamos estar ali a ... é a situação de começar a tirar para cima da mesa tudo aquilo que se sente, que se pensa... ao princípio a coisa está muito acesa... e depois as coisas vão perdendo a sua intensidade. Conforme vamos falando nelas,

conforme se vão vendo outros ângulos, portanto é normal que haja uma diluição ao longo das sessões daquela emotividade toda que está ali ao princípio...” (E18-F)

Logo a seguir a categoria mais relatada foi a ‘*Melhoria da relação entre pais e filhos*’ (4 participantes, 6 referências no total).

“A mediação ajudou que voltasse um pouco dessa relação que tinha com a minha filha...” (E9-M)

“É assim, eu acho que agora finalmente estou a ter... eu acho que como mãe estou a ter uma relação muito melhor com os meus filhos do que quando estava casada, porque eu estava sob uma pressão muito grande, e tinha um mau estar instalado. (...) Agora estou mais calma e consigo ter uma relação muito melhor com os meus filhos.” (E12-F)

Os pais devem estabelecer uma distinção clara entre a ‘conjugalidade’ e a ‘parentalidade’, sendo que esta última deve perdurar após o processo de divórcio (Poussin & Martin-Lebrun, 1999).

Num estudo com ex-casais que recorreram à mediação familiar, estes referiram que a comunicação com os seus filhos melhorou após as sessões de mediação (Kelly, 1991). Depois do processo, os progenitores conseguiram discutir mais assuntos relacionados com a escola, actividades extra-curriculares e o próprio desenvolvimento dos filhos. De acrescentar ainda que os pais descreviam o outro progenitor como estando mais envolvido com os filhos. Este estudo indica que a mediação familiar tem um efeito positivo na relação parental (Kelly, 1991). A mediação familiar encoraja ambos os pais a continuarem envolvidos na vida dos filhos, após o divórcio, sem aumentar o conflito parental (Emery, Laumann-Billings, Waldron, Sbarra & Dillon, 2001).

Nesta subcategoria o único aspecto que foi mencionado pelos entrevistados como sendo negativo foi a ‘*Manutenção da tensão ao longo da mediação*’ (3 participantes, com 4 referências no total).

“Não evoluíram, a tensão foi sempre a mesma... não acreditar...” (E14-F)

“A tensão continuou na mesma, não é... eu acho que a tensão continuou...” (E17-F)

De acordo com a literatura, a mediação familiar tem como função conter, diminuir, ou, pelo menos, evitar a escalada do conflito entre os pais durante o processo de divórcio (Kelly, 1991).

3.1.3. Análise das diferenças a nível do sexo dos participantes

Nesta parte tenciona-se analisar se, em cada subcategoria da categoria principal, os factores de risco e os factores de protecção diferem segundo o sexo dos participantes.

3.1.3.1. Subcategoria ‘Características da Mediação’

Nesta subcategoria não foram encontradas diferenças entre os factores de protecção e de risco referidos pelos homens e pelas mulheres.

3.1.3.2. Subcategoria ‘Características da Relação’

Relativamente aos factores de protecção, os homens mencionaram em maior número (5) a categoria ‘diminuição da tensão ao longo do processo do divórcio’, enquanto que da parte feminina houve apenas uma referência.

Nas outras categorias relativas aos factores de protecção, não foram encontradas diferenças.

Nos factores de risco, 2 participantes do sexo feminino referiram o ‘conflito conjugal’ enquanto que os participantes do sexo masculino não mencionaram este aspecto.

“O aspecto dos pais discutirem, de se agredirem um ao outro mesmo que verbalmente, no meu caso, não tive agressão física, apesar de durante o casamento ter tido, mas pronto eu acho que o aspecto deles se agredirem verbalmente incomoda.” (E3-F)

3.1.3.3. Subcategoria ‘Características Pessoais’

Nos factores de protecção, não foram encontradas diferenças de acordo com o sexo dos participantes.

Nos factores de risco, as mulheres mencionaram em maior número a existência de ‘emoções negativas ao longo da mediação’ (3 mulheres apontaram esta categoria, com um total de 6 referências, e 2 homens mencionaram-na, com 2 referências na totalidade). Um participante do sexo masculino referiu ‘a focalização nos aspectos financeiros’, sendo que nenhum participante do sexo feminino o mencionou.

“No nosso divórcio eu acho que aquilo que foi mais importante, que gerou muita coisa, foi a questão financeira. No nosso caso penso que foi isso...” (E9-M)

Ainda nos factores de risco, a categoria ‘insegurança’ foi mencionada por 2 participantes do sexo masculino e por nenhum participante do sexo feminino.

“É recorrente quando eu os ia buscar, a mãe agarrar-se a eles ao colo a chorar ...e quando vieres podes comprar isto e aquilo... isto era usual. (...) Tinha muito a ver com a insegurança dela.” (E7-M)

No caso das mulheres, houve uma participante que mencionou um factor que nenhum homem mencionou, ‘mentiras do ex-cônjuge’.

3.1.3.4. Subcategoria ‘Reorganização familiar’

No que diz respeito aos factores de protecção, a categoria ‘readaptação dos progenitores face às necessidades dos filhos’ foi mencionada em maior número pelas mulheres (dos 8 entrevistados que a mencionaram, 6 são mulheres). Os homens referiram em maior número a categoria ‘rede de apoio’ (dos 4 participantes, 3 são homens).

A categoria ‘vontade que o ex-cônjuge permaneça nas relações familiares’ foi somente apontada pelas mulheres (3).

“Eu sei que privá-los de uma relação seria essencialmente prejudicial para o meu filho, e sabia que por ele eu estava ali...” (E5-F)

Nos factores de risco, a categoria ‘corte com a família do ex-cônjuge’ é apenas mencionada por duas participantes do sexo feminino.

“Eu, com a família dele, já não senti a mesma coisa, embora eu fizesse um esforço. Senti que houve um corte mesmo.” (E10-F)

‘Desejo dos filhos que os pais fiquem juntos’ é apenas apontada pelas participantes do sexo feminino (3).

“Ainda hoje tem o desejo muito grande que nós nos juntássemos, nós voltássemos porque assim não haveria problemas porque estava tudo resolvido, é difícil dizer a uma criança que isso não vai acontecer, mas eu acho preferível, eu entendo assim, eu acho preferível dizer-lhe a verdade. Do que estar a criar falsas expectativas... portanto eu digo-lhe sempre ‘oh filha e eu tenho muita pena de não poder fazer o que tu queres mas isso não vai acontecer’ ...” (E18-F)

3.1.3.5. Subcategoria ‘Resultados da Mediação’

Relativamente aos factores de protecção, a categoria ‘melhoria da relação entre pais e filhos’ é mencionada em maior número pelas mulheres (dos 4 participantes que a referiram, 3 são mulheres) e a categoria ‘satisfação sentida’ é apenas apontada pelos homens (2). Sobre os factores de risco, não foram encontradas diferenças relativamente ao sexo dos participantes.

3.2. Discussão dos Resultados

No seguimento da apresentação e da análise dos resultados das entrevistas, pretende-se agora compreender o contributo do presente estudo na área da mediação familiar, mais propriamente, compreender o impacto dos resultados apresentados para a tomada de decisão dos envolvidos no processo de mediação familiar.

Relativamente às *Características da Mediação*, os participantes apontaram aspectos que consideravam ter um impacto positivo para a tomada de decisão ao longo do processo de mediação familiar. Importa especificar que, nesta subcategoria, o aspecto mais mencionado pelos participantes foi o ‘acordo elaborado pelos envolvidos’, que é uma das características fundamentais da mediação, e que transmite a ideia de que os

envolvidos na mediação estão capacitados de tomar as suas próprias decisões e, de por isso, chegarem a um acordo por eles próprios (Tomé, 2008).

Sobre as *Características da Relação*, nos factores de protecção, o aspecto mais destacado pelos participantes foi ‘interesses e preocupações comuns’. Se os envolvidos no processo de mediação familiar se encontram na mesma linha de pensamento, ou seja, se têm preocupações em comum, se têm vontade de resolver as questões que os levam à mediação, será mais fácil tomarem decisões em conjunto. Na literatura não há estudos que abordem a temática específica da tomada de decisão na mediação familiar, no entanto, Tijero (2001) menciona que as preocupações semelhantes entre o ex-casal funcionam como um factor de protecção para a chegada a um acordo.

Relativamente aos factores de risco, os resultados mais relevantes dizem respeito aos ‘interesses e preocupações divergentes’ e ao ‘relacionamento distante entre o ex-casal’. Se o ex-cônjuge está apenas focalizado nos seus interesses e não tem em conta as necessidades do outro, dificulta a chegada a um acordo e o sucesso da mediação familiar (Tijero, 2001). Os resultados do presente estudo vão ao encontro desta perspectiva, uma vez que, se o ex-casal não tem preocupações semelhantes nem vontade de adequar as necessidades em função das do ex-cônjuge, então a tomada de decisão irá ficar dificultada. O relacionamento distante entre o ex-casal foi também apontado como um factor de risco e, de acordo com Serrano (2006), se, após a ruptura conjugal, o ex-casal não consegue manter uma relação harmoniosa, se não consegue comunicar nem cooperar, então o sucesso da mediação está em perigo e será difícil a chegada a um acordo.

Respeitante às *Características Pessoais* dos participantes, a mais referida, nos factores de protecção, foi a ‘preocupação e bem-estar com as necessidades dos filhos’. Os pais devem ter em atenção as necessidades dos seus filhos, evitando colocá-los em situações que os levem a participar nos conflitos entre os progenitores (Gamache 2005; Strecht, 2009). Se ambos os pais considerarem as necessidades dos filhos, se estiverem em sintonia quanto ao bem-estar destes e não adoptarem uma postura individualista ao longo das sessões da mediação, serão maiores as probabilidades de chegarem a um acordo e, de assim, ocorrer uma mediação bem-sucedida (Tijero, 2001).

O factor de risco mais relatado pelos participantes ao longo das entrevistas foi a presença de ‘emoções negativas durante a mediação’. Aqui transmitiram a ideia de que a carga negativa de todo o processo de divórcio impedia que conseguissem pensar de forma coerente e tomar decisões de forma consciente e ponderada. Com base na literatura, a vivência de emoções negativas muito intensas ao longo do processo de mediação pode ter um impacto bastante negativo para o sucesso da mesma (Epstein & Epstein, 2010). A presença destas emoções, e de outras relatadas pelos participantes, como a angústia, a tristeza, o choque e a negação podem fazer com que o indivíduo reaja de forma irracional e tome decisões precipitadas, ou que, pelo contrário, bloqueie, e não consiga tomar quaisquer decisões.

Na subcategoria *Reorganização Familiar*, o aspecto mais apontado como factor de protecção pelos participantes foi o ‘ajustamento dos filhos à nova organização de vida’. O ajustamento dos filhos depende muito do comportamento dos pais, das suas capacidades de resolução de conflitos e controlo da raiva e da perda, assim como da sua consciência acerca dos sentimentos da criança (Kelly & Emery, 2003). Grzybowski e Wagner (2010) acrescentam que para o ajustamento dos filhos é primordial um envolvimento parental que leve em conta dimensões como o envolvimento social (e.g. participação em actividades com os filhos), envolvimento didáctico (e.g. pais devem ajudar nos trabalhos de casa), a disciplina, o envolvimento afectivo (e.g. transmissão de afectos, expressão de sentimentos), e a responsabilidade, que está relacionada com a preocupação e a supervisão pelo bem-estar dos filhos.

Nos factores de risco, o aspecto mais mencionado pelos entrevistados foi a ‘dificuldade de ajustamento dos filhos à nova organização de vida’. Segundo os relatos das entrevistas, as dificuldades demonstradas pelos filhos após o divórcio tornavam o processo de mediação familiar mais doloroso, e para os participantes, era mais difícil tomarem decisões. Os participantes afirmavam que pretendiam minimizar o sofrimento dos filhos, e que era complicado saber ao certo o que fazer, que atitudes tomar e que comportamentos assumir.

Relativamente à subcategoria *Resultados da Mediação*, nos factores de protecção, o aspecto mais abordado pelos participantes foi a ‘diminuição da tensão ao longo do processo de mediação’. Se a tensão existente entre o ex-casal decresce durante as

sessões de mediação, este consegue comunicar de forma mais empática, e os níveis de cooperação podem ser maiores (Tijero, 2001). Aumentando a cooperação entre os envolvidos na mediação, torna-se mais fácil tomar decisões, e chegar a um posterior acordo. O único aspecto negativo abordado pelos participantes foi a ‘manutenção da tensão ao longo do processo de mediação’.

Sobre as diferenças de acordo com o sexo dos participantes, foram encontradas algumas diferenças nos factores de risco e de protecção, no entanto, as diferenças não são muito significativas, uma vez que se trata de uma amostra pequena, com apenas 9 participantes de cada sexo. Importa acrescentar que, ao nível das diferenças verificadas, as mulheres mencionaram aspectos associados a tópicos relacionais e emocionais (e.g. conflito conjugal, emoções negativas durante a mediação), e abordaram também aspectos relacionados com os filhos (e.g. ‘desejo dos filhos que os pais fiquem juntos’).

Respeitante aos homens, estes apontaram aspectos como a ‘insegurança’ – relativamente à ex-mulher -, ‘focalização nos aspectos financeiros, e ‘satisfação sentida’.

Conclusão

Este estudo assume-me como um ponto de partida, uma tomada de consciência da importância dos factores de protecção e de risco que podem estar associados à tomada de decisão no processo de mediação familiar, dado que, segundo o nosso conhecimento, não existiam estudos neste âmbito.

Relativamente às limitações do presente estudo, aponta-se a reduzida dimensão da amostra, que não permitiu obter resultados significativos quanto às diferenças nos factores de protecção e de risco em relação ao sexo dos participantes. Outra limitação a mencionar prende-se com o guião da entrevista semi-estruturada utilizado, que não foi construído com o propósito de responder às questões de investigação.

Quanto a sugestões para futuras investigações, seria interessante a replicação deste estudo com amostras de dimensão superior. A utilização de uma metodologia mista, com base numa abordagem quantitativa e qualitativa (e.g. aplicação de questionário e entrevistas), poderia permitir o desenvolvimento de um olhar mais sistémico e mais global acerca da temática em questão. Outra sugestão diz respeito à construção de um guião de entrevista semi-estruturada com objectivos orientados especificamente para os factores de influência na tomada de decisão. Assim, poder-se-ia aprofundar os aspectos mencionados pelos participantes deste estudo, construindo um guião que permitisse, por exemplo, explorar de que forma as subcategorias estudadas (e.g. características da mediação, características da relação) estão associadas à tomada de decisão.

Em futuras investigações, seria também interessante ter a percepção dos mediadores relativamente a este assunto, uma vez que trabalham directamente com os mediados, e terão uma outra perspectiva sobre os factores que podem estar associados à tomada de decisão.

De sublinhar uma vez mais que este estudo foi pioneiro, uma vez que não foram encontrados outros que se debruçassem sobre a temática dos factores de risco e protecção associados à tomada de decisão na mediação familiar.

Em suma, ambiciona-se que esta investigação seja mais um contributo no avanço da compreensão de quais os factores relacionados com a tomada de decisão, na área da mediação familiar, fornecendo pistas para novas investigações.

Referências bibliográficas

Afonso, H. (1997). Relação coparental depois da separação e do divórcio. In H. Marchand, H. Pinto. (Eds.), *Família: Contributos da Psicologia e das Ciências da Educação* (pp.63-76). Lisboa: Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade de Lisboa.

Agaibi, W. (2005). Trauma, ptsd, and resilience: a review of the literature. *Trauma, Violence & Abuse*, 6, 195-216.

Aisenberg, E., & Herrenkohl, T. (2008). Community violence in context: risk and resilience in children and families. *Journal of Interpersonal Violence*, 23, 296-315.

Amado, J. (2000). A técnica da análise de conteúdo. *Referência* 5, 53-63.

Anthony, E. J. (1987). Risk, vulnerability and resilience: an overview. In E. J. Anthony & B. Cohler (Eds.). *The invulnerable child* (pp.3-48). New York: The Guildford Press.

Araújo, E., Rodrigues, C., Fernandes, H., & Ribeiro, M. S. (2011). Porque o tempo conta: elementos para uma abordagem sociológica da mediação familiar. *Análise Social*, 46, 283-308.

Ausubel, D. (1986). *Educational psychology: a cognitive view*. New York: Holt Rinehart and Winston.

Barreto, I. C. (2004). Os direitos da criança na convenção europeia dos direitos do Homem. In A. R. Monteiro, A. G. Leandro, C. Albuquerque, D. Rocha, I. C. Barreto & R. Benes. *Direitos das crianças* (pp.75-100). Faculdade de Direito de Coimbra. Coimbra: Coimbra Editora.

Belo, N. (2009). *Família*. Coimbra: Edições Almedina, S.A.

Bergareche, R. L. (2007). Teoría y práctica de la mediación intrajudicial en España: Algunos factores de eficacia de la mediación en conflictos familiares. *Estudios de Derecho Judicial*, 13-66.

Bernal, T. (1998). *La mediación. Una solución a los conflictos de ruptura de pareja*. Madrid: Colex.

Bogdan, R., & Taylor, S. (1986). *Introducción a los métodos cualitativos de investigación: la búsqueda de significados*. Buenos Aires: Editorial Paidós.

Bogdan, R., & Biklen, S. (1994). *Investigação qualitativa em educação*. Porto: Porto Editora.

Bohannon, P. (1970). *Divorce and after: an analysis of the emotional and social problems of divorce*. Garden City, NY: Anchor.

Bolaños, I. C. (2000). La construcción de un espacio cooperativo en mediación familiar. *Apuntes de Psicología. Revista del Colegio Oficial de Psicólogos de Andalucía Occidental*, 18, 255-264.

Bolaños, I. C. (2008). *Hijos alineados y padres alienados. Mediación familiar en rupturas conflictivas*. Reus, Madrid.

Bouché, J. H. & Hidalgo, F. L. (2008). *Mediación y orientación familiar – Volume II*. Madrid: Dykinson, S. L.

Bucio, M. M. R. (2010). Profesores y mediación familiar como alternativa para una mejor adaptación de los niños/as ante el divorcio. *Revista de Intervención Psicosocioeducativa en la Desadaptación Social*, 3, 31-40.

Campos, L. L., & Marqués, E. R. (2008). La mediación : historia y modelos. In Miguel Ángel Soria, Carlos Villagrasa, Inma Armadans (Coordinadores). *Mediación familiar* (pp. 119-162). Barcelona: Editorial Bosch, S.A.

Cebola, C. M. (2001). La resolución de conflictos familiares por mediación: la realidad en España y Portugal. *Revista Eletrônica de Direito Processual*, 8, 181-200.

Cohen, O., & Dattner, N. (1995). The role of the mediator in family mediation. *Mediation Quarterly*, 13, 125-130.

Cohen, O., Dattner, N., & Luxenburg, A. (1999). The limits of the mediator's neutrality. *Mediation Quarterly*, 16, 341-348.

Cunha, P., & Lopes, C. (2002). Em torno do conceito de mediação. *Antropológicas*, 8, 151-159.

Cunha, P. (2004). *Mediação – uma forma de resolução construtiva de conflitos*. Actas do II Colóquio de Mediação. Porto: Edições UFP.

Daly, K. J. (2007). *Qualitative methods for family studies & human development*. Thousand Oaks: Sage Publications.

Denzin, N. K., & Lincoln, Y. S. (1994). Entering the field of qualitative research. In N. K. Denzin, & Y. S. Lincoln (Eds.), *Handbook of Qualitative Research* (pp. 1-22). Thousand Oaks: Sage Publications.

Emery, R. E., & Wyer, M. M. (1987). Divorce mediation. *American Psychologist*, 42, 472-480.

Emery, R. E., Laumann-Billings, L., Waldron, M. C., Sbarra, D. A., & Dillon, P. (2001). Child custody mediation and litigation: custody, contact, and coparenting 12 years after initial dispute resolution. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 69, 323-332.

Epstein, J., & Epstein, S. (2010). Grief, anger and fear in mediation. *Alternative Dispute Resolution*, 37-41.

Féres-Carneiro, T. (1998). Casamento contemporâneo: o difícil convívio da individualidade com a conjugalidade. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 11, 379-394.

Féres-Carneiro, T. (2003). Separação: o doloroso processo de dissolução a conjugalidade. *Estudos de Psicologia*, 8, 367-374.

Fernández-Rios, M., & Rico, R. (1996). Formación de mediadores. *Revista de Psicología del Trabajo y de las Organizaciones*, 12, 221-230.

Flick, U. (2005). *Métodos qualitativos na investigação científica*. Lisboa: Monitor.

Gamache, S. (2005). Collaborative practice: a new opportunity to address children's best interest in divorce. *Louisiana Law Review*, 65, 1455-1487.

Ganancia, D. (2001). Justiça e mediação familiar: uma parceria a serviço a serviço da coparentalidade. *Revista do Advogado*, 62, 7-15.

García, L., & Gómez, M. (2009). Mediación familiar: un espácio de intervención para trabajadores sociales. *Trabajo Social*, 11, 25-41.

Gil, J. H. (2003). *La conciliación extrajudicial y la amigable composición*. Bogotá : Temis.

Gomes, L., & Ribeiro, M. T. (2011). Mediação familiar e conflito parental: decisões parentais responsáveis e concretização do superior interesse da criança. In Matos, M. P., Duarte, C. & Costa, E. M. (Coords.) *Famílias: Questões de Desenvolvimento e Intervenção*. (pp.153-170). Porto: LivPsic.

González, B. P. (2005). Mediación familiar: las distancias de la mediación en Europa. *Tavira: Revista de Ciencias de la Educacion de la Universidad de Cadiz*, 139-158.

Grebe, S. C. (1986). Mediation in separation and divorce. *Journal of Counseling and Development*, 64, 379-382.

Grzybowski, L., S. & Wagner, A. (2010). O envolvimento parental após a separação/divórcio. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 23, 289-298.

Guba, E. G., & Lincoln, Y. S. (1994). Competing paradigms in qualitative research. *Handbook of qualitative research*. In N. K. Denzin & y. s. Lincoln (Eds.) London: Sage.

Guerra, I. (2006). *Pesquisa qualitativa e análise de conteúdo – sentidos e formas de uso*. Estoril: Principia.

Hack, S. M. P. K., & Ramires, V. R. R. (2010). Adolescência e divórcio parental: continuidades e rupturas dos relacionamentos. *Psicologia Clínica*, 22, 85-97.

Haynes, J. (2006). *Fundamentos de la mediación familiar: manual práctico para mediadores*. Madrid: Gaia Ediciones.

Hernández, M. A. (2003). La mediación en la resolución de conflictos. *Educación*, 32, 125-136.

Herrero, P. L. (2007). Mediación familiar intraprocesal: respuesta a los interrogantes planteados tras la reforma de los procesos matrimoniales de 2005. *Redur* 5, 43-65.

Hiltrop, J. M., & Rubin, J. (1982). Effects of intervention mode and conflict of interest on dispute resolution. *Journal of Personality and Social Psychology*, 42, 665-672.

James, A. L., Haugen, G. M. D., Rantalaiho, M., & Marples, R. (2010). The voice of the child in family mediation: Norway and England. *International Journal of Children's Rights*, 18, 313-333.

Kelly, J. B. (1991). Parent interaction after divorce: comparison of mediated and adversarial divorce processes. *Behavioral Sciences and the Law*, 9, 387-398.

Kelly, J. B., & Emery, R. E. (2003). Children's adjustment following divorce: risk and resilience perspectives. *Family Relations*, 52, 352-362.

Koch, M. A., & Lowery, C. R. (1984). Professional psychology. *Research and Practice*, 15, 109-120.

Lopes, C., Cunha, P., & Serrano, G. (2010). Papel do mediador na mediação familiar: alguns resultados provenientes de um estudo realizado em Lisboa. *Actas do VII Simpósio Nacional de Investigação em Psicologia*.

Luthar, S. S., & Cicchetti, D. (2000). The construct of resilience: Implications for interventions and social policies. *Development and Psychopathology*, 12, 857-885.

Luthar, S. S., & Latendresse, S. J. (2005). Comparable 'risks' at the socioeconomic status extremes: preadolescents' perceptions of parenting. *Development and Psychopathology*, 17, 207-230.

Marques da Silva, J. E. (2008). Mediação de conflitos conjugais: a persistência do conflito e o olhar clínico. *Contextos clínicos*, 1, 36-42.

Martín, B. G. (2001). La mediación familiar : una intervención para abordar la ruptura de pareja. *Medifam*, 11, 614-618.

Masten, A. S. (2001). Ordinary magic: resilience processes in development. *American Psychologist*, 56, 227-238.

Mattos, P., & Lincoln, C. L. (2005). A entrevista não-estruturada como forma de conversação: razões para sua análise. *Rev adm pública*, 39, 823-847.

Mendizabal, E. G., & Irizar, K. S. (1998). Intervención en el processo de separación conyugal: un caso de mediación familiar. *Anuario*. 79-100.

Merriam, S. (1988). *Case study research in education: a qualitative approach*. San Francisco: Jossey-Bass.

Mertens, D. (1998). *Research methods in education and psychology. Integrating diversity with quantitative & qualitative approaches*. Thousand Oaks: Sage Publications.

Munduate, L., & Medina, F. J. (2005). *Gestión del conflicto, negociación y mediación*. Pirámide: Madrid.

Narciso, I. (2001). *Conjugalidades satisfeitas mas não perfeitas: à procura do padrão que liga*. Tese de doutoramento (não publicada) apresentada à Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Lisboa.

Narciso, I., & Ribeiro, M. T. (2009). *Olhares sobre a conjugalidade*. Lisboa: Coisas de Ler.

Navarro, F. R. (2002). La mediación familiar. Un ejemplo de aplicación práctica: la comunicación a los hijos de la separación de los padres. El papel del mediador. *Revista del Ministerio de Trabajo y Asuntos Sociales*, 40, 31-54.

Nazareth, E. R. (2005). *Guia de mediação familiar – aspectos psicológicos*. Porto Alegre: Equilíbrio.

Parkinson, L. (2005). *Mediación familiar. Teoría y práctica: principios y estrategias operativas*. Barcelona: Editorial Gedisa, S. A.

Pesce, R., Assis, S., Santos, N., & Oliveira, R. (2004). Risco e proteção: em busca de um equilíbrio promotor de resiliência. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 20(2), 135-143.

Phear, W. P. (1984). Family mediation: a choice of options. *The Arbitration Journal*, 39, 22-30.

Poletto, M., & Koller, S. (2008). Contextos ecológicos: promotores de resiliência, fatores de risco e proteção. *Estudos de Psicologia*, 3, 405-416.

Poussin, G., & Martin-Lebrun, E. (1999). *Os filhos do divórcio. Psicologia da separação parental*. Lisboa: Terramar Editores.

Pruitt, D. G., & Carnevale, P. J. (1993). *Negotiation in social conflict*. Buckingham, England: Open University Press.

Quintero, Á. M. (2007). *Diccionario especializado en familia y género*. Buenos Aires, Argentina: Lumen.

Quivy, R., & Campenhoudt, L. V. (1992). *Manual de investigação em ciências sociais*. Lisboa, Gradiva.

Ramires, V. R. (2004). As transições familiares: a perspectiva de crianças e pré-adolescentes. *Psicologia em Estudo*, 9, 183-193.

Relvas, A. P. (2006). *O ciclo vital da família – perspectiva sistémica* (4^a ed.). Porto: Edições Afrontamento.

Rios, P. L. (2005). *Mediação familiar. Estudo preliminar para uma regulação legal da mediação familiar em Portugal*. Verbojuridico.

Samis, M. D. C., & Saposnek, D. T. (1986). Parent-child relationships in family mediation: a synthesis of views. *Mediation Quarterly*, 14/15, 23-36.

Sánchez, M. Á. M. (2012). La mediación familiar. El encuentro de las partes como apertura a la transformación. *Opinión Jurídica*, 11, 97-114.

Saposneck, D. T. (1993). The art of family mediation. *Mediation Quarterly*, 11, 5-12.

Sbarra, D. A., & Emery, R. E. (2005). The emotional sequelae of nonmarital relationship dissolution: analysis of change and intraindividual variability over time. *Personal Relationships*, 12, 213-232.

Sbarra, D., & Emery, R. (2008). Deeper into divorce: using actor-partner analyses to explore systemic differences in coparenting following custody dispute resolution. *Journal of Family Psychology*, 22, 144-152.

Sellenet, C., David, D., & Thomère, C. (2007). *La médiation familiale: la régulation des litiges familiaux*. Éditions Belin.

Serrano, G. (1996). Qué dice la investigación científica sobre mediación. *Revista de Psicología del Trabajo y de las Organizaciones*, 12, 127-147.

Serrano, G., & Méndez, M. (1999). Las intervenciones de los mediadores. *Revista de Psicología Geral y Aplicada*, 52, 235-253.

Serrano, G. (2003). Nuevos desarrollos en psicología de la mediación. *Congreso de Mediación Familiar*. Valladolid.

Serrano, G., Lopes, C., Rodríguez, D., & Mirón, L. (2005). El papel del mediador en la mediación. *Actas del IX Congreso Nacional de Psicología Social*. A Coruña, Espanha.

Serrano, G., Lopes, C., Rodríguez, D., & Mirón, L. (2006). Características de los mediadores y éxito de la mediación. *Anuario de Psicología Jurídica*. Colegio Oficial de Psicólogos de Madrid.

Serrano, G. (2008). Eficacia y mediación familiar. *Boletín de Psicología*, 92, 51-63.

Shaw, D. S., & Emery, R. E. (1987). Parental conflict and other correlates of the adjustment of school-aged children whose parents have separated. *Journal of Abnormal Child Psychology*, 15, 269-281.

Somary, K., & Emery, R. E. (1991). Emotional anger and grief in divorce mediation. *Mediation Quarterly*, 8, 185-198.

Strecht, P. (2009). *Dá-nos a paz. As crianças e os adolescentes face à separação dos*

país. Lisboa: Assírio e Alvim.

Tijero, A. I. C. (2001). Mediación familiar: análisis de las características de las parejas. Prognóstico de éxito. *Anuario de Psicología Jurídica*, 11, 35-57.

Tomé, M. G. (2008). La mediación familiar en los conflictos de pareja. *Documentación Social*, 148, 43-60.

Tomé, M. G. (2010). La mediación familiar: un nuevo campo de intervención para profesionales del trabajo social. *Miscelánea Comillas*, 68, 269-283.

Vezzulla, J. C. (2001). *Mediação: teoria e prática: guia para usuários e profissionais*. Agora Publicações: MJ – Direção Geral da Administração Extrajudicial.

Vilela, S. R. (2007). Guarda compartilhada: psicologia e direito em prol do bem-estar infantil. *Psique, Ciência & Vida*, 5, 22-30.

Villarroel, D. S., & Reichhardt, E. V. (2011). Mediación familiar y violencia de pareja. *Revista de Derecho*, 24, 9-30.

Weiss, R. S. (1979). The emotional impact of marital separation. In G. Levinger & O. C. Moles (Eds.), *Divorce and Separation* (pp.201-210). New York: Basic Books.

Wilson, H. S., & Hutchinson, S. A. (1996). Methodologic mistakes in grounded theory. *Nursing Research*, 45(2), 122-124.

Yunes, M. A. M. (2003). Psicologia positiva e resiliência: o foco no indivíduo e na família. *Psicologia em Estudo*, 8, 75-84.

Zimmerman, M. A., & Arunkumar, R. (1994). Resiliency research: implications for schools and policy. *Social Policy Report: society for research in child development*, 4 (8), 1-19.

Apêndice I

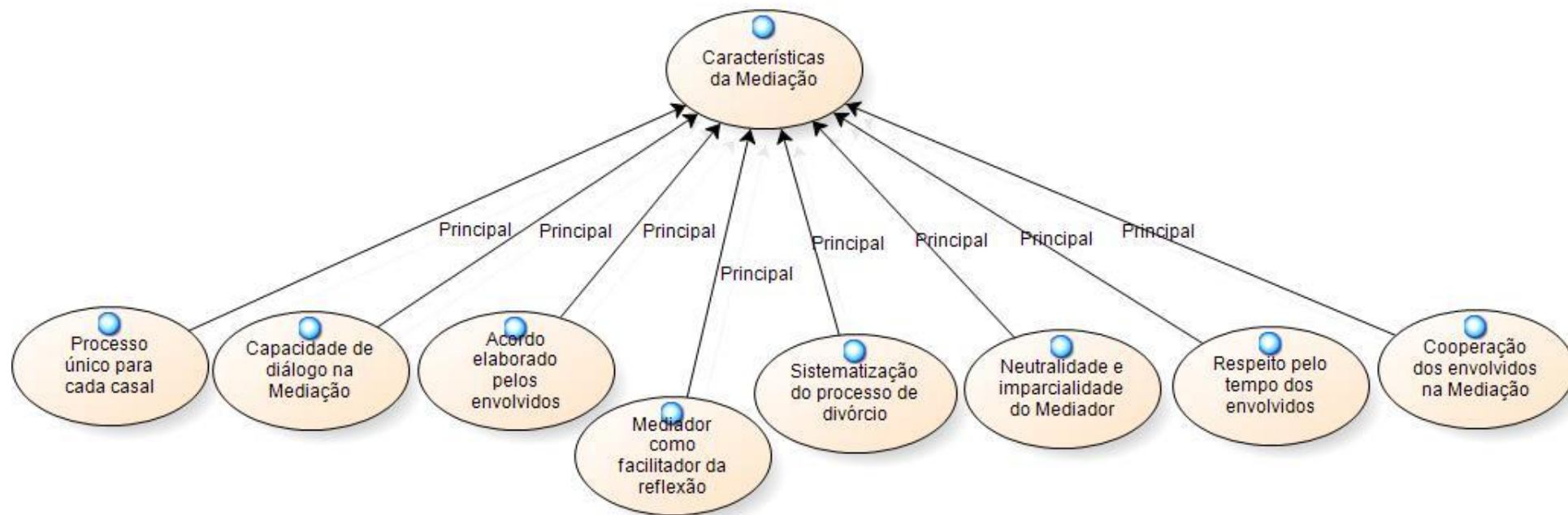
Quadro representativo do nº de fontes e nº de referências para as categorias e subcategorias

	Fontes	Referências
<i>Características</i>	18	288
Características da Mediação	10	15
Acordo elaborado pelos envolvidos	3	4
Capacidade de diálogo na Mediação	2	2
Cooperação dos envolvidos na Mediação	2	2
Mediador como facilitador da reflexão	1	1
Neutralidade e imparcialidade do Mediador	2	2
Processo único para cada casal	1	1
Respeito pelo tempo dos envolvidos	1	1
Sistematização do processo de divórcio	2	2
Características da Relação	18	60
Ausência de conflito conjugal	2	5
Conflito conjugal	2	3
Confronto sobre a infidelidade	1	2
Decisão de separação	2	5
Diminuição da tensão ao longo do processo de divórcio	5	6
Infidelidade do cônjuge	2	2
Interesses e preocupações comuns	12	15
Interesses e preocupações divergentes	5	8
Melhoria da relação dos pais com os filhos	2	3
Mudança de comportamento entre o ex-casal	3	3
Relacionamento distante entre o ex-casal	4	5
Surpresa perante o divórcio	2	3
Características Pessoais	17	71
Dificuldade em lidar com o divórcio	5	6
Dúvidas sobre a causa do divórcio	1	2
Emoções negativas durante a Mediação	5	8

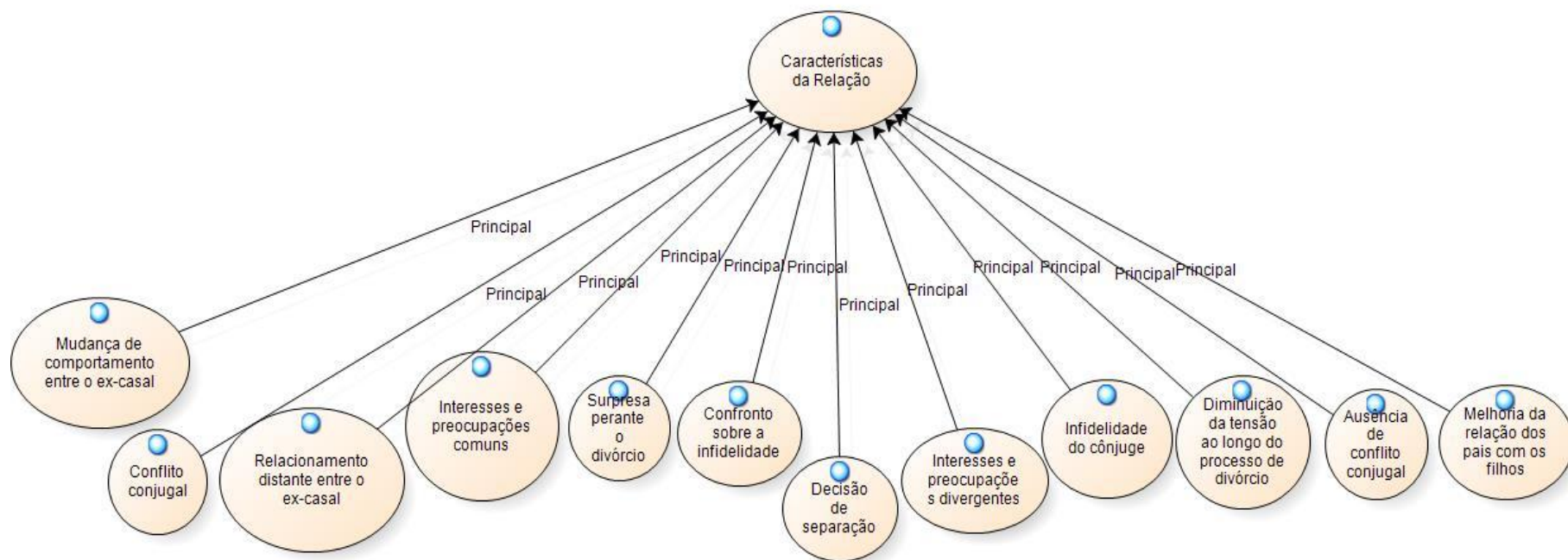
Focalização nos aspectos financeiros	1	3
Insegurança	2	3
Mentiras do ex-cônjuge	1	3
Objectivos do ex-casal após o divórcio	1	3
Preocupação com o bem-estar e necessidades dos filhos	15	38
Preocupação e respeito para com as necessidades do ex-cônjuge	4	5
Reorganização Familiar	17	113
Ajustamento dos filhos à nova organização de vida	9	21
Alterações na relação para com os filhos	5	7
Corte com a família do ex-cônjuge	2	6
Desejo dos filhos que os pais fiquem juntos	3	4
Dificuldade de ajustamento dos filhos à nova organização de vida	14	41
Dificuldade de organização do espaço familiar	1	2
Diminuição do nível de vida	1	2
Interferência da família do ex-cônjuge	1	3
Readaptação dos progenitores face às necessidades dos filhos	8	18
Rede de apoio	4	6
Vontade que o ex-cônjuge permaneça nas relações familiares	3	3
Resultados da Mediação	15	29
Diminuição da tensão ao longo da Mediação	8	9
Eficácia percebida	1	1
Expressão de emoções e sentimentos na Mediação	2	2
Manutenção da tensão ao longo da Mediação	3	4
Melhoria da comunicação entre o ex-casal	2	3
Melhoria da relação entre pais e filhos	4	6
Satisfação sentida	2	4
<i>Factores de Influência</i>	18	288

Apêndice II – Árvore das Subcategorias

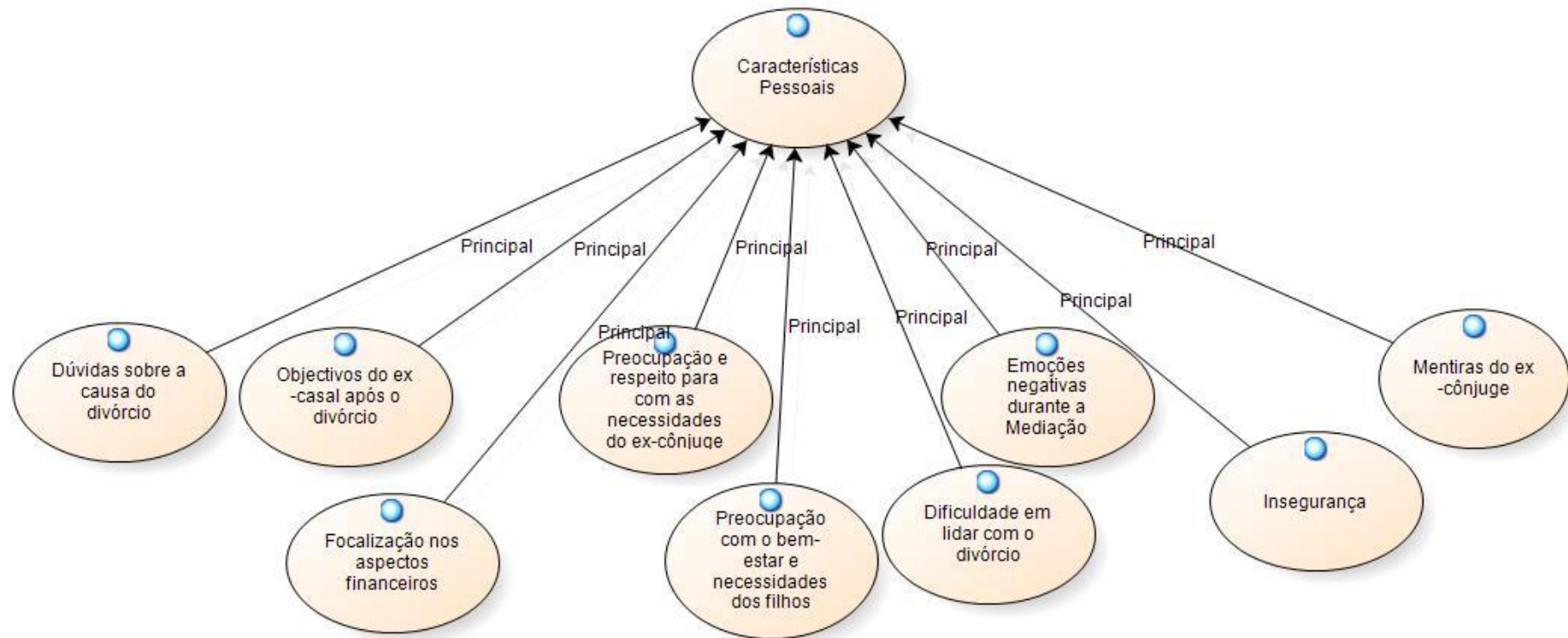
Subcategoria “Características da Mediação”



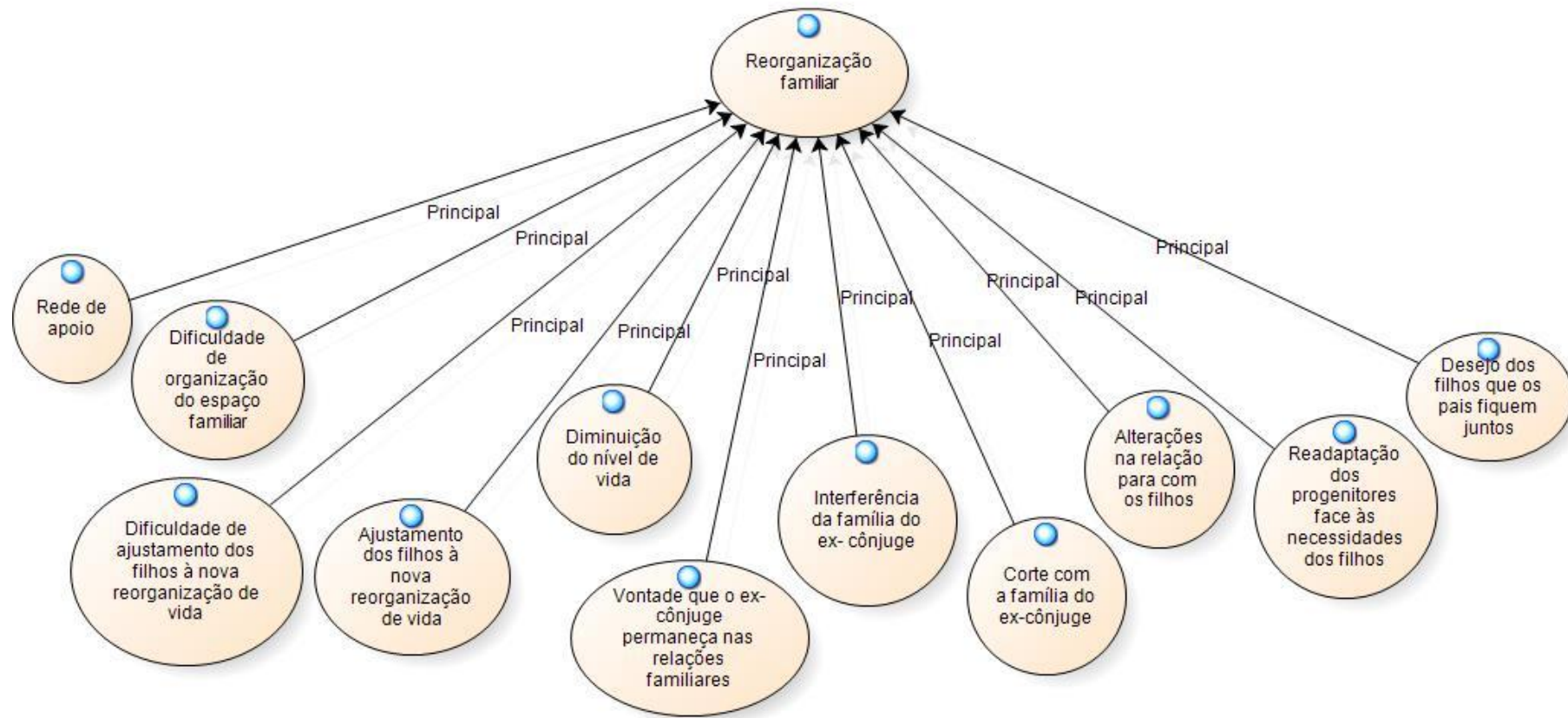
Subcategoria “Características da Relação”



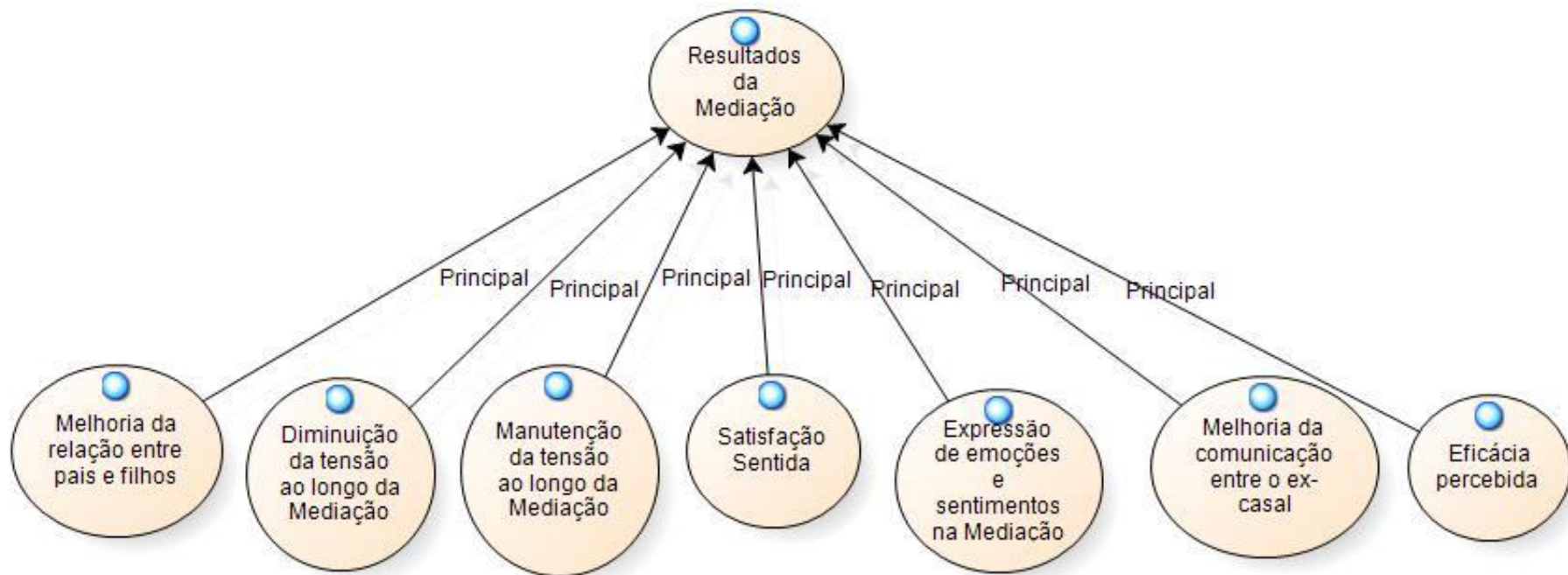
Subcategoria “Características Pessoais”



Subcategoria “Reorganização Familiar”



Subcategoria “Resultados da Mediação”



QUESTIONÁRIO SÓCIO-DEMOGRÁFICO

1. Idade: _____ anos 2. Nacionalidade: _____
3. Sexo: Masculino ☐ Feminino ☐
4. Nível de escolaridade:
- Ensino Básico ☐ Ensino Secundário ☐ Ensino Universitário ☐
5. Quanto tempo esteve casado(a) ou a viver em união de facto? -----
6. Quantos filhos têm? (na data da Regulação do Exercício das Responsabilidades Parentais) _____
7. Idade (s) dos filhos do sexo **F**: ____, ____, ____ 8. Idade (s) dos filhos do sexo **M**: ____, ____, ____
9. Há quanto tempo terminou o processo de mediação Familiar? _____ (meses/anos)
10. O processo terminou:
- Com acordo ☐ Sem acordo ☐
11. Em que situação recorreu a mediação familiar?
- Como primeira opção para resolução do diferendo ☐
- Na sequência de processo judicial ☐
12. Em que situação se encontra actualmente?
- Viver sozinho(a) ☐ casado(a) ☐ união facto ☐ Outra ☐
13. Religião
- Sim ☐ Não ☐ Qual? _____

Por favor verifique se preencheu todo o questionário

Muito obrigada pela sua colaboração!

Guião da entrevista semi-estruturada

Dr.^a Lucinda Gomes e Professora Dr.^a Maria Teresa Ribeiro

Questões	Objectivos
1. Que aspecto (s) considera que têm um impacto mais forte – positivo e/ou negativo – na forma como ambos os pais vivenciaram a fase do divórcio/separação? Vê alguma relação entre esses aspectos e o bem-estar dos vossos filhos?	Identificar factores de risco e de protecção. Exemplos: Ter/ não ter como prioridade o bem-estar dos filhos;
2. Como é que a (eventual) tensão resultante da ruptura conjugal evoluiu ao longo das sessões de mediação familiar?	Separação/Confusão entre o conflito conjugal e o parental;
3. Que sentimentos e preocupações considera que eram comuns aos dois pais, durante o processo de mediação familiar?	Desejar/ não desejar a presença do outro progenitor na vida da criança;
4. De que forma é que os vossos filhos se ajustaram à reorganização de vida acordada no âmbito da mediação familiar?	Escalada/ descalada do conflito.
5. Que percepção tem sobre os sentimentos dos seus filhos no decurso da fase de decisão parental sobre a nova organização de vida? Considera que as opiniões dos vossos filhos foram respeitadas?	

AUTORIZAÇÃO

Tendo conhecimento dos objectivos da investigação em Mediação Familiar realizada no âmbito do Programa de Doutoramento Inter-Universitário Coimbra - Lisboa, em Psicologia Clínica – Psicologia da Família e Intervenções Familiares, pela Faculdade de Psicologia da Universidade de Lisboa, da Licenciada Lucinda Gomes, sob orientação da Professora Doutora Maria Teresa Ribeiro, e estando assegurado por estas o meu anonimato, venho por este meio autorizar a gravação áudio da entrevista semi-estruturada realizada no dia ____/____/____, em _____, assim como o uso da transcrição da mesma para investigação e publicação profissional.

Lisboa, ____ de _____ de 2013

(Assinatura do(a) Participante)

(Assinatura da Mestranda)

(Assinatura da Doutoranda)

(Assinatura da Orientadora)